

AMPLIA-SE EM TODO O PAÍS A LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA

VOZ OPERÁRIA

Nº 383 — RIO DE JANEIRO — 15 DE SETEMBRO DE 1956

VERDADEIRA UNANIMIDADE NA REPULSA AO PROJETO DE LEI-BOLHA MANOBRAS NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PARA ATENUAR A OPOSIÇÃO AS VIOLAÇÕES DA LIBERDADE DE OPINIÃO — REPULSA, TAMBÉM, A POLÍTICA DE «FATOS CONSUMADOS»

Texto na 3ª Página

UNIDADE DE AÇÃO, CAMINHO PARA A OBTENÇÃO DE ÊXITOS E VITÓRIA

UA pouco mais de dois meses dizia Prestes que encarava com otimismo o desenvolvimento da situação em nosso país. Hoje, não há motivos para se apreciar de outra maneira o curso dos acontecimentos — apesar de medidas antidemocráticas e impopulares do governo — e sim fundadas razões para o robustecimento desta confiança nas possibilidades de significativas vitórias do povo na luta pela democracia e a independência nacional.

DE fato, estes últimos meses assinalam êxitos de significação bem marcada e precisa. Os trabalhadores conquistaram o novo salário-mínimo que, embora ameaçado pelo encarecimento incontrolado do custo da vida contra o qual o governo não adota qualquer medida prática, representa uma melhora transitória de seu poder aquisitivo. Todos os setores patrióticos, inclusive os que existem dentro do atual governo, alcançaram a denúncia dos acordos atômicos com os E.E.U.U. e a fixação de uma nova política atômica plenamente consentânea com os interesses nacionais. O funcionalismo federal obteve melhores vencimentos. Os sindicatos liquidaram com os regimes de intervenção ministerialista e impuseram o respeito ao direito de greve.

POR outro lado, alargaram-se e fortaleceram-se as diversas frentes de luta pelas liberdades, as reivindicações populares e a emancipação nacional. São hoje maiores do que antes os contingentes que se empenham por uma mudança em nossa política exterior, pelo estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, por medidas práticas de contenção dos preços, contra as tentativas de sufocamento da liberdade de imprensa. O próprio sr. Juscelino Kubitschek, após a violenta guinada em favor do entreguismo, no seu discurso de Ribeirão Preto, já contramarcha, agora, no discurso pronunciado por ocasião do 7 de Setembro, em que reconhece, pelo menos em palavras, a necessidade de uma orientação nacionalista que assegure a emancipação econômica do Brasil e nos liberte de dominações e tutelas insuperáveis.

TODOS estes fatos são êxitos indistigíveis do movimento democrático e patriótico. São, ainda, pequenas vitórias que não afastam as ameaças às conquistas democráticas; mas não se pode fechar os olhos ao que representam como demonstração das enormes possibilidades que se abrem ao povo para a obtenção de modificações substanciais na política interna e externa do país.

ESSAS vitórias são fruto da unidade de ação nos mais diversos escalões. Ali onde se conseguiu estabelecer uma unidade de ação suficientemente ampla, onde se encontraram pontos comuns para a atuação comum, onde esta unidade não foi abalada nem destruída com posições sectárias, onde foram utilizadas as possibilidades de aproximação, com setores do próprio governo mais acessíveis às reivindicações populares, aí foram assinalados êxitos. O melhor exemplo, neste sentido, foi o Congresso Nacional em Defesa dos Minérios e a campanha em defesa dos minerais atômicos.

As forças que participaram desta luta se reuniram em torno de uma orientação que resultou do livre debate dos problemas e que se tornou, por isso, uma orientação comum a todas elas e não um ponto de vista de umas a ser imposto a outras. Por isso puderam triunfar.

AMPLIAR e fortalecer a unidade de ação em todos os terrenos e em todos os sentidos, sem excluir desta unidade os próprios setores governamentais que desejem dar, mesmo que seja um só passo no sentido do povo, eis o caminho que os acontecimentos estão indicando para o desenvolvimento vitorioso da luta pelas liberdades, as reivindicações populares e a emancipação nacional. Mas esta unidade de ação só se desenvolverá com uma participação ativa, diária e incansável das forças mais avançadas e conscientes, dos comunistas, em todos os problemas e lutas que se colocam na ordem do dia, desde os problemas e lutas das fábricas e sindicatos às questões candentes da vida política nacional.

O PRESIDENTE SUKARNO EM MOSCOU



Chefe de um Estado de 80 milhões de habitantes, o Presidente Sukarno, da República da Indonésia, realizou há pouco uma visita à URSS em que percorreu grande número de cidades. Ele na sede do governo soviético, apertando cordialmente a mão de N. A. Bulganin, Presidente do Conselho da URSS (TASS).

O acordo feito com o Pacto de unidade paulista para a contenção dos preços foi violado pelo governo federal, que aumentou os gêneros essenciais congelados. Protestando contra a violação, reuniu-se no Vale do Anhangabaú o povo paulista sob o signo da unidade contra a carestia

PRESSÃO AMERICANA PARA IMPEDIR A APLICAÇÃO DA POLÍTICA ATÔMICA

(Pág. 3)

DISPOSTO O MYIC A RECONHECER OS SINDICATOS RURAIS

(Pág. 9)

O DISCURSO DO SR. KUBITSCHEK NAS COMEMORAÇÕES DE 7 DE SETEMBRO

(Pág. 5)

OS SINDICATOS À FRENTE DA LUTA CONTRA A CARESTIA

(Pág. 5)

Preço

Cr\$1.50

A LUTA PELO CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

INFORME DE PALMIRO TOGLIATTI AO COMITÊ CENTRAL

DO P. C. I. (Texto na Página Central)



A Ópera de Pequim

O intercâmbio cultural é um poderoso meio para o entendimento e as boas relações entre os países. A exibição no Brasil da Ópera de Pequim irá mostrar ao vivo o papel que representa esse intercâmbio. Com isto lucrará nossos artistas, lucrará a cultura brasileira. E do mesmo modo lucrará nosso país, ampliando esse intercâmbio ao campo do esporte, do comércio, da ciência, das relações à base da igualdade de direitos e das vantagens mútuas, com a União Soviética, a China Popular e demais Estados democráticos. (NAS FOTOS: cenas da Ópera de Pequim)



Um dos mais famosos e perfeitos conjuntos artísticos teatrais do mundo, com que o público brasileiro terá oportunidade de travar conhecimento.

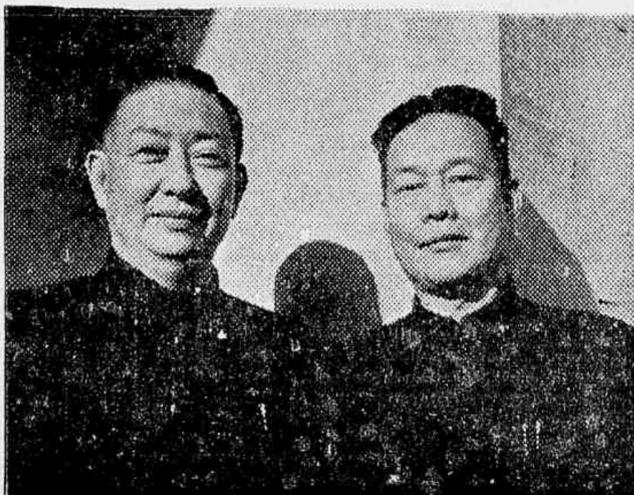
Um grande acontecimento cultural, a exibição da Ópera de Pequim em nosso país, realiza-se por estes dias em São Paulo e no Rio. E este acontecimento reveste-se de um grande alcance, seja pela sua elevada significação artística, seja pela repercussão que terá no sentido de abrir caminho às nossas relações com todos os países.

Não se trata somente do ineditismo de um espetáculo de surpreendente beleza, mas de uma verdadeira conquista cultural, pois que as mais ricas experiências tem o povo chinês no teatro, na pintura, na literatura, experiências que são produto de uma civilização milenar agora a caminho do seu pleno florescimento.

A estada da Ópera de Pequim em Santiago e Montevidéu

Nenhum outro povo tem uma tradição teatral como o chinês. Uma experiência de séculos, vivificada pelos motivos sempre novos que a vida impõe à arte, faz com que para a sua originalidade, seu estilo nacional, suas tradições se volte a atenção dos meios culturais dos outros países. (NAS FOTOS: cenas da peça "O Ganso Mau").

Os dois mais famosos artistas da Ópera de Pequim: Mei Lan-fang (à esquerda) e Tchu Sin-fang. Este ano ambos comemoram cinquenta anos de atividade no teatro, o que foi motivo de festa para o público chinês (Foto Sin-Huá).



constituiu um êxito artístico sem precedentes. Como representantes da cultura chinesa, os 91 artistas que compõem o conjunto proporcionam um espetáculo que foge inclusive ao conceito que têm do gênero os ocidentais, pois que se baseia principalmente no gesto e no bailado, faz das mais requintadas formas de acrobacia a essência de suas criações, utilizando as tradições e as lendas, unindo num todo orgânico o velho e o novo da realidade do seu país.

Antes da visita triunfal ao Chile e ao Uruguai, a Ópera de Pequim realizou uma tournée pela Europa, tendo atuado em 48 grandes cidades, entre as quais Paris, Londres, Roma e Praga. Na Inglaterra, os principais artistas da Ópera de Pequim foram recebidos pela Rainha Elizabeth, que fez questão de conhecer pessoalmente os mestres da Ópera chinesa.

Frequentemente o repertório do famoso conjunto se enriquece de novas peças que refletem o desenvolvimento artístico do país. Entre estas foi estreada no mês de julho, em Pequim, a peça «As Três Montanhas», que tem por base o argumento de uma ópera antiga mongol. Peças com essa linha de estilo que caracteriza a Ópera de Pequim, serão apresentadas ao público brasileiro pelos representantes da arte de um povo de seiscentos milhões de habitantes com os quais nosso povo quer ter relações de amizade, baseadas no interesse comum de preservação de

AMPLIA-SE EM TODO O PAÍS A LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA

VOZ OPERÁRIA

Nº 383 — RIO DE JANEIRO — 15 DE SETEMBRO DE 1956

VERDADEIRA UNANIMIDADE NA REPULSA AO PROJETO DE LEI-RÓLHA MANOBRAS NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PARA ATENUAR A OPOSIÇÃO AS VIOLAÇÕES DA LIBERDADE DE OPINIÃO — REPULSA, TAMBÉM, A POLÍTICA DE «FATOS CONSUMADOS»

Texto na 3ª Página

UNIDADE DE AÇÃO, CAMINHO PARA A OBTENÇÃO DE ÊXITOS E VITÓRIA

UA pouco mais de dois meses dizia Prestes que encarava com otimismo o desenvolvimento da situação em nosso país. Hoje, não há motivos para se apreciar de outra maneira o curso dos acontecimentos — apesar de medidas antidemocráticas e impopulares do governo — e sim fundadas razões para o robustecimento desta confiança nas possibilidades de significativas vitórias do povo na luta pela democracia e a independência nacional.

DE fato, estes últimos meses assinaram êxitos de significação bem marcada e precisa. Os trabalhadores conquistaram o novo salário-mínimo que, embora ameaçado pelo encarecimento incontrolado do custo da vida contra o qual o governo não adota qualquer medida prática, representa uma melhora transitória de seu poder aquisitivo. Todos os setores patrióticos, inclusive os que existem dentro do atual governo, alcançaram a denúncia dos acordos atômicos com os E.E.U.U. e a fixação de uma nova política atômica plenamente consentânea com os interesses nacionais. O funcionalismo federal obteve melhores vencimentos. Os sindicatos liquidaram com os regimes de intervenção ministerialista e impuseram o respeito ao direito de greve.

POR outro lado, alargaram-se e fortaleceram-se as diversas frentes de luta pelas liberdades, as reivindicações populares e a emancipação nacional. São hoje maiores do que antes os contingentes que se empenham por uma mudança em nossa política exterior, pelo estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, por medidas práticas de contenção dos preços, contra as tentativas de sufocamento da liberdade de imprensa. O próprio sr. Juscelino Kubitschek, após a violenta guinada em favor do entreguismo, no seu discurso de Ribeirão Preto, já contramarcha, agora, no discurso pronunciado por ocasião do 7 de Setembro, em que reconhece, pelo menos em palavras, a necessidade de uma orientação nacionalista que assegure a emancipação econômica do Brasil e nos liberte de dominações e tutelas insuperáveis.

TODOS estes fatos são êxitos indiscutíveis do movimento democrático e patriótico. São, ainda, pequenas vitórias que não afastam as ameaças às conquistas democráticas; mas não se pode fechar os olhos ao que representam como demonstração das enormes possibilidades que se abrem ao povo para a obtenção de modificações substanciais na política interna e externa do país.

ÊSSAS vitórias são fruto da unidade de ação nos mais diversos escalões. Ali onde se conseguiu estabelecer uma unidade de ação suficientemente ampla, onde se encontraram pontos comuns para a atuação comum, onde esta unidade não foi abalada nem destruída com posições sectárias, onde foram utilizadas as possibilidades de aproximação com setores do próprio governo mais acessíveis às reivindicações populares, aí foram assinalados êxitos. O melhor exemplo, neste sentido, foi o Congresso Nacional em Defesa dos Minérios e a campanha em defesa dos minerais atômicos.

As forças que participaram desta luta se reuniram em torno de uma orientação que resultou do livre debate dos problemas e que se tornou, por isso, uma orientação comum a todas elas e não um ponto de vista de umas a ser imposto a outras. Por isso puderam triunfar.

AMPLIAR e fortalecer a unidade de ação em todos os terrenos e em todos os sentidos, sem excluir desta unidade os próprios setores governamentais que desejem dar, mesmo que seja um só passo no sentido do povo, eis o caminho que os acontecimentos estão indicando para o desenvolvimento vitorioso da luta pelas liberdades, as reivindicações populares e a emancipação nacional. Mas esta unidade de ação só se desenvolverá com uma participação ativa, diária e incansável das forças mais avançadas e conscientes, dos comunistas, em todos os problemas e lutas que se colocam na ordem do dia, desde os problemas e lutas das fábricas e sindicatos às questões candentes da vida política nacional.

O PRESIDENTE SUKARNO EM MOSCOU



Chefe de um Estado de 80 milhões de habitantes, o Presidente Sukarno, da República da Indonésia, realizou há pouco uma visita à URSS em que percorreu grande número de cidades. Ele, na sede do governo soviético, apertando cordialmente a mão de N. A. Bulganin, Presidente do Conselho da URSS (TASS).

O acordo feito com o Pacto de unidade paulista para a contenção dos preços foi violado pelo governo federal, que aumentou os gêneros essenciais congelados. Protestando contra a violação, reuniu-se no Vale do Anhangabaú o povo paulista sob o signo da unidade contra a carestia

PRESSÃO AMERICANA PARA IMPEDIR A APLICAÇÃO DA POLÍTICA ATÔMICA

(Pág. 3)

DISPOSTO O MTIC A RECONHECER OS SINDICATOS RURAIS

(Pág. 9)

O DISCURSO DO SR. KUBITSCHKE NAS COMEMORAÇÕES DE 7 DE SETEMBRO

(Pág. 5)

OS SINDICATOS À FRENTE DA LUTA CONTRA A CARESTIA

(Pág. 5)

Preço
Cr\$1.50

A LUTA PELO CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

UNIFORME DE PALMIRO TOGLIATTI AO COMITÊ CENTRAL

DO P. C. I. (Texto na Página Central)



As Eleições Norte-Americanas, E as Questões de Política Externa

Quem quer que observe o atual desenvolvimento da campanha presidencial norte-americana verá que as questões de política internacional ocupam nela um lugar limitado, relativamente aos grandes temas internos. Republicanos e democratas, que se têm gabado sucessivamente de por em prática uma política bipartidária no campo exterior, como que se sentem inibidos para criticar em profundidade a atuação dos adversários, pois seria o mesmo que criticar a suas próprias organizações. Não houve, com efeito, um só grande ato da política norte-americana, nos últimos anos, que seja a proclamação da «Doutrina de Truman», quer o «Plano Marshall», quer o «caso da guerra da Coreia ou o caso mais antigo de Berlim — ocorridos no período de preponderância democrática — quer a «doutrina da libertação», a intervenção na Guatemala, o maior incremento da política armamentista, etc. — no governo Eisenhower — que não tivesse a apoio das bancadas democráticas e republicanas. As dissensões restringiram-se a modos de atuar e não, propriamente, às direções que foram elaboradas em conjunto. Nada mais elucidativo, a respeito, que recordar que nos últimos anos do Governo Truman a maioria era republicana na Câmara dos Representantes e que

John Foster Dulles foi, como se sabe, o principal conselheiro do Departamento de Estado.

QUEREM O DOMÍNIO DOS TRUSTES

Tanto num, como no outro partido, a orientação da política externa visa a estabelecer o domínio dos trustes imperialistas norte-americanos e a sufocar o movimento progressista dos povos a pretexto de defendê-los da «agressão comunista», e «salvá-los do comunismo». Entre os republicanos e os democratas existem partidários mais exaltados da guerra e homens que procuram adaptar a política exterior de seu país à realidade, obstando-se a atos belicistas mais abertos.

A linguagem de Stevenson, candidato democrata, pouco se distingue, até agora, da utilizada por Eisenhower. Alguns círculos democráticos e o próprio Stevenson têm até acusado o atual presidente de haver afrouxado a campanha de «libertação» dos países socialistas, buscando, com isso, arregimentar aquelas forças mais reacionárias que defendem uma política de agressão no plano mundial.

COM A FINA FLOR DO IMPERIALISMO

Entretanto, apesar de ter sido no atual mandato de Eisenhower que se processou uma acentuada distensão interna-

cional, por força da própria condição mundial, a verdade é que em torno dos republicanos é que está agrupada a fina flor do imperialismo norte-americano, a começar por Nixon, apresentado novamente à vice-presidência. As forças tradicionais do Partido Democrático contam tradicionalmente com o apoio de amplos setores operários e de camadas médias, agora duramente atingidas pela corrida armamentista. Stevenson procura utilizar em seu benefício precisamente esse descontentamento, argumentando com fatos como a alta contínua dos produtos manufaturados, acompanhada de uma constante rebaixa de preços dos produtos agrícolas e da diminuição do poder de compra para os empregados e operários. E em torno da disputa desses votos que se processará, ao que se espera, a verdadeira batalha eleitoral.

A disputa dos votos serve



STEVENSON

para demonstrar a grande força que a causa da paz encontra no seio do povo e que tem de ser reconhecida pelos dois grandes partidos. Assim como, em 1952, Eisenhower ganhou a partida prometendo liquidar a guerra da Coreia, os democratas tratam de retirar votos republicanos utilizando a declaração de Dulles de que durante três vezes no atual período presidencial o país esteve às bordas da guerra. Em revanche, os propagandistas republicanos alegam que as três últimas guerras por que passou o povo norte-americano foram iniciadas em governos democratas.

EM APOIO DA CHAPA DEMOCRÁTICA

Mas, sem tocarem ao fundo dos problemas, democratas e republicanos não transformaram até agora a política internacional em um debate decisivo. E mais em função de problemas internos (garantia de preços, conscrição militar, liberdades públicas, etc.) e das conhecidas posições de certos grupos e líderes que a política internacional estará presente. A tendência dos setores mais progressistas é a de agrupar-se em apoio da chapa democrática, não só pela influência que ainda exerce nas massas o período rooseveltiano, como, também, pela reconhecida dominação que os principais grupos financeiros exercem na administração Eisenhower. Kefauver e Nixon representam, respectivamente, os dois pontos mais expressivos das tendências das duas chapas. O primeiro, como elemento mais aberto a uma política progressista; o segundo, como representante do que os trustes têm de mais exacerbado.

RELAÇÕES ENTRE O CEILÃO E A URSS



Uma delegação do governo do Ceilão está em visita à União Soviética, discutindo o estabelecimento de relações diplomáticas, econômicas e culturais com a URSS. Os membros da delegação singalesa (na foto) visitam o Kremlin em companhia de titulares soviéticos (TASS).

ATENTADOS TERRORISTAS PARA MANTER A SEGREGAÇÃO RACIAL

— «Qual será o próximo negro?» — dizia o cartaz colocado por estudantes brancos numa escola em Knoxville, no Tennessee, ameaçando de linchamento seus jovens patrícios de cor que, amparados pela lei, agora utilizam o direito de sentar nos mesmos bancos escolares que eles. A diferença é que uns estudantes (os que ameaçam) têm a pele branca e outros (os ameaçados) têm a pele escura. Nasceram no mesmo país, falam a mesma língua, são regidos pelas mesmas leis, vivem sob a mesma bandeira. Mas os brancos não admitem que ainda, assim, tenham acesso à instrução em pé de igualdade formal com eles. Dai os vergonhosos distúrbios raciais, que constituem uma mancha para qualquer país, observados nesse momento nos Estados Unidos.

SANGRENTO ADVERTÊNCIA

Em Oliver Springs, também no Estado de Tennessee, onde a segregação sempre foi muito forte, a brutalidade gerada pelo ódio racial vai a tal ponto que se sucedem os atentados terroristas. Agressão a tiros, bloqueio de ruas, conflitos — assinalam o revide às medidas governamentais garantindo o direito dos estudantes negros a frequentarem as mesmas escolas que os brancos. Ali os partidários da segregação foram a tal ponto que, nas caladas da noite, cinco explosões de dinamite lançadas contra lares de negros cujos filhos ousam exercer um direito que a Corte Suprema reconhece como legal, constituíram sangrenta advertência contra o desvario dos massacres coletivos a que leva o furor racial nos Estados Unidos.

ESPETÁCULO VERGONHOSO

Mas a odiosa segregação golpeada pela lei, agora em vigor não faz esforços para reviver com mais força somente no Tennessee. Em Fort Worth, no Texas, um cidadão de cor, que atende pelo nome de Roy Austin, ousou tentar habitar uma casa do bairro branco. Violentos incidentes logo se seguiram, organizados pelos brancos que o queriam linchar, forçando a intervenção da polícia que tomou medidas extremas. Embora a lei atual permita que um negro more com sua família em bairro habitado por brancos, aquele cidadão viu-se forçado a concordar com a polícia em vender a sua casa, a fim de salvar-se do furor sangüinário contra ele desencadeado. Em outras cidades, os lares dos cidadãos negros amanhecem sistematicamente com cartazes ameaçadores por que insistem em enviar seus filhos às escolas. E até jornalistas são agredidos por terem seus jornais anunciado os fatos, sem dar apoio aos atos violentos dos partidários da segregação.

Esse espetáculo vergonhoso se desenrola com apoio de governadores de Estados do sul, que se recusam a cumprir a decisão da Corte Suprema contra a segregação racial. E a pressão desses governadores racistas é tal que influem sobre os rumos da campanha presidencial, ao evitarem que o candidato democrata Stevenson, que conta com o apoio dos fazendeiros sulinos, onde seu partido é tradicionalmente mais forte, se pronunciasse sobre a segregação racial nas escolas.



Depois da Missão Menzies

Atingimos ao ponto mais crítico da questão de Suez: aquele em que as duas partes, após malogradas negociações, reiteraram seus pontos de vista e se aprestam para defendê-los com os recursos disponíveis. O fracasso da Missão Menzies quanto ao ponto essencial (internacionalização do Canal) era aguardado e inevitável, pois o Egito não poderia aceitar, em nome dos 18, aquilo mesmo que recusara inicialmente: a renúncia a seu direito soberano de nacionalizar e gerir o Canal, garantida a livre navegação. Perdeu-se a limitada possibilidade de encontrar uma fórmula de transação, dependente de que fossem abandonados quaisquer termos impositivos e aproveitados os acréscimos paquistaneses precisamente naquilo em que se chocavam com o fundo da proposta Dulles.

A nova situação está assim balizada: o Egito mantém-se firme em defesa de sua soberania e liberdade, garantindo a navegação internacional. Propôs mesmo a realização de uma nova Conferência internacional, mais ampla (52 nações) prontamente rejeitada pelo Foreign Office. A Grã-Bretanha e a França, em comunicado conjunto afirmam que ajustaram «medidas adicionais» e «manifestaram sua determinação de aperfeiçoar sua colaboração e de resisitir por todos os meios adequados» ao que classificam de «violação dos direitos estabelecidos por acordo internacional» e «ação incompatível com a justiça e o respeito às obrigações decorrentes dos tratados e de outras fontes do Direito internacional».

A nota anglo-francesa atesta que as ameaças de recurso à força ganharam novo impulso. Durante as últimas semanas o grande esforço da diplomacia de Paris e de Londres tem sido de realizar ajustes políticos que lhes permitam empregar a violência, com maiores possibilidades de êxito. Esse esforço se desenvolve segundo uma tática bem determinada: ajuste preliminar dos pontos de vista dos dois países; reajustamento desses pontos de vista com as opiniões norte-americanas; tentativas de imposição das direções das três grandes potências capitalistas aos demais Estados. Foi esse o esquema seguido na convocação da Conferência de Londres e em seus debates, que se prolongaram

na missão Menzies. Agora, sintomaticamente, Eden e Mollet não convocaram sequer os delegados dos 18 países signatários da moção levada a Nasser. Concertaram primeiramente um acordo bi-lateral para utilizá-lo como instrumento de pressão não apenas contra o Egito, mas sobre os «15» restantes, inclusive os Estados Unidos.

Os intervencionistas anglo-franceses elaboraram uma nota intencionalmente confusa em que não se define o que viria a ser considerado violação dos «direitos estabelecidos», ou «ação incompatível». Mas já é claro que assim classificariam uma perturbação no tráfego ou incidentes com cidadãos britânicos e franceses. Por isso, a manobra já em andamento visa a conturbar o trânsito em Suez, mediante ordem de retirada dos pilotos do Canal, em sua maioria britânicos e franceses, expedida pela extinta Companhia Universal do Canal de Suez que tem como principal acionista o próprio governo britânico. Uma das chaves dos acontecimentos estará, portanto, na capacidade de o Egito fazer funcionar o Canal, com novos pilotos que estão sendo contratados em outros países.

Nem por isso devem ser consideradas perdidas as possibilidades de solução pacífica. A gravidade que para a paz do mundo representaria um choque militar na área de Suez dificulta os passos dos intervencionistas. A própria maioria dos 18 não aprovaria uma ação armada e a atitude norte-americana, após a última entrevista presidencial, permanece dúbia, pois se Eisenhower declarou admitir uma ação militar condicionou-a ao esgotamento de todos os recursos pacíficos. A solidariedade internacional ao Egito, a disposição em que este se encontra de lutar e a atuação de países como a URSS, a Índia e a Iugoslávia pode dar nascimento a uma fórmula de acordo ou, pelo menos, ao prolongamento da atual situação, adaptando-se a Grã-Bretanha e a França a um estado de coisas que elas continuariam a não reconhecer como de jure. Não seria o primeiro caso de congelamento de um dissídio internacional. Mas a alternativa de guerra continua viva e poderá concretizar-se, embora, até o momento, continuem a ter preponderância os fatores de paz.

Respeito à Liberdade de Opinião E de Crítica e Não Uma Lei-Rôlha

ESPERA-SE, a qualquer momento, a chegada ao Congresso da mensagem presidencial pedindo uma nova lei de imprensa.

Ainda não são conhecidos os termos exatos do projeto. Mas conhecem-se seus objetivos e suas diretrizes — estes visam ao sufocamento da imprensa, a «legalizar» violências e arbitrariedades contra rádios, jornais e jornalistas que, por este ou aquele motivo, caíam na antipatia dos detentores do poder. De modo que, por mais que o governo atenuasse as disposições draconianas do projeto primitivamente cogitado pelo Ministro da Justiça — disposições que tornavam impossíveis qualquer crítica às autoridades do país e mesmo a governos estrangeiros considerados «amigos» — estamos, de qualquer maneira, diante de uma lei-rôlha contra a livre manifestação do pensamento.

MANOBRAS DE DESPISTAMENTO

Não resta dúvida que os crescentes protestos de todos os setores contra as ameaças à liberdade de imprensa levado o governo a recuos e manobras para a realização do propósito de manter uma imprensa controlada pela polícia e o Ministério da Justiça. Dentro do próprio governo não há unanimidade para esta empreitada liberticida. Por tudo isto, os grupos mais interessados em liquidar a liberdade de opinião procuram «dourar a pílula», mascarando de «constitucionalidade» o mostrengo que pretendem impor ao país. Começam por mudar o nome do código de castigo que elaboraram; já não se chamará mais de «lei de imprensa» (leia-se: contra a imprensa), mas de lei de responsabilidades.

Ao mesmo tempo o líder

da maioria na Câmara assevera, em nome do governo, que não mais serão apreendidos pela polícia jornais e revistas; porém justifica todas as violências que possam ser cometidas, à sombra de interpretações facciosas da lei (tanto da atual como da futura) contra jornais e jornalistas.

Assim, a ameaça à liberdade de imprensa (e suprimindo-a abre-se o caminho à supressão de todas as liberdades) subsiste e é dia a dia maior.

NEM LEI DE IMPRENSA, NEM DE «RESPONSABILIDADE»

Ninguém se deve iludir com as manobras destinadas a tornar menos chocante a lei-rôlha contra a imprensa. Tenha o nome de lei de imprensa ou de lei de responsabili-

dade (ou qualquer outro), o fato incontestável é que o país está diante de séria ameaça às franquias constitucionais. A atual lei de imprensa, em muitos aspectos, já constitui restrição à livre manifestação do pensamento e arma de perseguição a jornais e jornalistas que não rezem de acordo com a ideologia dominante. É evidente, pois, que qualquer ampliação ou modificação que venha a sofrer, neste momento, com base na alegação de que não ampara violências recentemente cometidas pelo governo contra jornais, será sempre no sentido de tornar impossível o exercício do direito de livre opinião e de crítica.

O país não pode admitir nem uma nova lei de imprensa nem uma lei de responsabilidade que torne mais draconianas muitas das disposições reacionárias da lei em vigor.

CONTRA A POLÍTICA DOS «FATOS CONSUMADOS»

Muito menos se pode admitir a política dos «fatos consumados» que certos setores governamentais estão pondo em prática para fazer que o Congresso «legalize» violências que se repetem e amudam. Depois da invasão da redação da «Tribuna da Imprensa», da apreensão de uma de suas edições, da invasão da sucursal do «Estado de São Paulo», a polícia carioca resolveu apreender, por contra própria, a revista «Maquis». Esta semana foi denunciado na Câmara um plano policial de invasões das redações da «Imprensa Popular», «VOZ OPERÁRIA» e «Gazeta Sindical». Jornalistas da «VOZ OPERÁRIA» e da «Imprensa Popular» estão sendo, neste momento processados, ilegal e arbitrariamente, à base da famigerada lei de segurança do Estado». Assim, o sr. Nereu Ramos, a Polícia e outros grupos do governo tentam influenciar várias bancadas parlamentares em favor de uma nova lei rôlha contra a imprensa, que deveria ser aprovada a fim de dar cobertura «legal» ao governo.

Por isso o combate às leis de amordaçamento da imprensa não pode estar sepa-

rado dos protestos organizados e pacíficos contra as violências e os processos ilegais contra jornais e jornalistas. Unidos, todos os democratas podem impor o respeito ao direito de livre opinião e de crítica.

Semana Política

A apreensão da edição da revista «Maquis» que devia circular esta semana é a última, na série, das violências policiais contra a liberdade de imprensa. Os motivos alegados pelo general Magessi — de que se trata de uma publicação subversiva — tornam-se ainda mais grave o atentado, pois pretende instituir a polícia em árbitro do que se publique pela imprensa.

Todo mundo sabe que a revista «Maquis» é um pasquim do Clube da Lanterna, especializada em provocações, calúnias e insultos. Foi criada para essas provocações. Seu objetivo é o escândalo — mas este ela só pode alcançar com o concurso da polícia, sempre disposta a violar as liberdades na suposta defesa da «ordem». A repercussão das pasquinadas de «Maquis» depende de que a revista circule ou não livremente. O que publique a revista do Clube da Lanterna ou mesmo a «Tribuna da Imprensa» já não impressionará nenhum setor ponderável da opinião pública. Os métodos dos falsários da «carta Brandi» são por demais conhecidos para que haja quem se impressione com suas campanhas de calúnias e provocações.

Essas provocações não terão maior consequência se ficarem nas páginas dos órgãos do «Clube da Lanterna». Só adquirem repercussão quando a Polícia, violando a lei e a liberdade de imprensa, apreende jornais e revistas. Já não se trata deste ou daquele jornal; trata-se da própria liberdade de imprensa, em geral, e de todas as liberdades. Assim, os provocadores lanterneiros, contra os quais se acha a esmagadora maioria da opinião pública, encontram campo aberto às suas manobras golpistas, pois o povo jamais concordará com violações e atentados às liberdades democráticas.

Os círculos governamentais que se lançam contra a liberdade de imprensa fazem, conciente ou inconscientemente, o jogo do conhecido grupo liberticida derrotado a 11 de novembro. Os Lacerda e comparsas não poderiam deixar de explorar habilmente o justo movimento em defesa da liberdade de imprensa e já procuram transformá-lo em meio de intriga contra setores do governo que tentam resistir aos planos colonialistas e ditatoriais do imperialismo norte-americano.

Assim é que vemos «O Globo» pretender responsabilizar pelos atentados à imprensa os oficiais democratas que ele denomina de MMC e de Frente de Novembro; por seu turno, o «Correio da Manhã» procura, manhosamente, apresentar o projeto de lei rôlha contra a imprensa como exigência dos setores patrióticos que orientaram a nova política atômica e combatem as posições entreguistas. Quanto à «Tribuna da Imprensa» e outras sucursais do Clube da Lanterna procuram dirigir contra o general Teixeira Lott a luta pela liberdade de imprensa — luta de todo o povo —, justamente por causa da posição assumida pelo Ministro da Guerra em favor da Petrobrás, em defesa dos minerais atômicos e contra os regimes de exceção.

Tudo isto alerta para a necessidade de uma firme e decidida posição em defesa da liberdade de imprensa e das liberdades, em geral, mas também para a necessidade de se impedir que esta justa luta popular seja explorada através de provocações de golpistas empederados que sonham impor ao país uma ditadura liberticida.

PRESSÃO AMERICANA PARA IMPEDIR A APLICAÇÃO DA POLÍTICA ATÔMICA

O DEPARTAMENTO do Estado dos Estados Unidos está respondendo, com pressão e ameaças de represálias, à fixação, pelo governo brasileiro, da nova política nacional de energia nuclear. As diretrizes patrióticas propostas pelo Conselho de Segurança Nacional — cuja aprovação significou a denúncia dos acordos atômicos escrivadores, firmados sob ameaça até mesmo de intervenção armada — foram recebidas em Washington com indistigável desgosto. O Departamento do Estado, embora cuidadoso e escolhendo termos para manifestar-se, qualifica-as de «lamentáveis».

Esses fatos que devem servir de advertência aos patriotas brasileiros:

1 O sr. Amaral Peixoto, nosso embaixador em Washington, estava de viagem marcada para o Rio quando foram divulgadas as novas diretrizes da política atômica. Os planos da viagem foram alterados. O sr. José Maria Alcimin irá até a capital americana.

2 Jornais ianques, sabidamente bem informados, noticiaram que o sr. Henry Holland chamou o sr. Amaral Peixoto para «dar explicações» sobre a denúncia dos acordos atômicos. Diante da notícia de um fato tão humilhante para nossa soberania, o embaixador brasileiro divulgou uma nota desmentindo-a. A nota informa que ele, Amaral, efetivamente visitou Holland (que ainda ocupa, embora demissionário, o cargo de encarregado de assuntos latino-americanos no Departamento de Estado) mas para saber novidades sobre Suez. Acrescenta, porém, que «mantve uma conversação muito interessante e cordial com o secretário de Estado adjunto, Henry Holland, sobre questões relativas à continuação e intensificação da política de cooperação entre o Brasil e os EE.UU. em todos os seus aspectos». Seria ingênuo acreditar que Holland excluiu, de entre «todos

os aspectos» dessa cooperação, a política atômica.

3 A propaganda dos entreguistas começou a levantar a questão de que a denúncia dos acordos atômicos não poderia, «legalmente», ser feita, em face dos termos do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

4 «Fontes autorizadas» começam a insinuar a adoção pelos Estados Unidos de medidas de represália como a suspensão de empréstimos, redução das compras de café e baúca forçada das cotações do produto, etc. Tudo indica que estas ameaças efetivamente estão sendo feitas nos bastidores, inclusive por via diplomática. Não teriam outro sentido o chamado do sr. Amaral Peixoto para «entendimentos» no Departamento de Estado, e a movimentação em torno da viagem Alcimin-Sebastião Paes a Washington.

Esses fatos demonstram que os patriotas devem permanecer vigilantes e que a aplicação — na prática — da

nova política de energia nuclear exige, para concretizar-se, que não se desmobilizem, o contínuo lutando, todos quantos desejam salvar nossa soberania e nosso progresso no domínio do aproveitamento dos recursos atômicos do país.



HOLLAND: PRESSÃO CONTRA O BRASIL

O DISCURSO DO SR. KUBITSCHKEK NAS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA

«A INDEPENDÊNCIA política de um povo, sendo uma etapa de sua evolução, acabará por transformar-se em mera sombra e ridícula ficção, se não for completada com a emancipação econômica e a dignificação social desse mesmo povo.» Estas são palavras do presidente da República em discurso pronunciado na Festa da Juventude, comemorativa do 7 de Setembro, no Rio. «Um programa social para beneficiar ao mesmo tempo a nossa gente e a nossa terra — acrescentou o sr. Juscelino Kubitschek — deve concentrar-se na obra de libertação econômica do Brasil, com o aproveitamento e a utilização das nossas riquezas do solo e subsolo.»

O chefe do governo definiu, assim, em palavras claras, uma orientação política de acordo com os reclamos da maioria da nação, mas que seu governo ainda vacila em seguir. «Não somos isolacionistas — diz, ainda — não somos xenófobos, não somos prisioneiros de nenhuma atitude mesquinha de inveja e de nenhum sentimento estreito de temor ou rancor ante os outros povos; ante qualquer outro povo. Mas somos, isto sim, defensores dos interesses do Brasil, numa orientação patriótica que está bem de acordo, aliás, com o espírito e as tendências da nossa época.» E acrescenta: «as nações só valem e só contam pela sua soberania não apenas como fórmula jurídica, mas como realidade política, econômica e social.»

É precisamente o que reclama o povo brasileiro: que o governo se coloque, de fato, dentro do espírito e das tendências de nossa época — a época em que nações secularmente oprimidas, como a Índia, a Birmânia, a Indonésia, o Egito, apoiam-se em sua soberania política para romper os grilhões do colonialismo e, com a ajuda dos povos livres e irmãos, marchar para o progresso nacional, para o desenvolvimento independente — em proveito próprio — de sua economia. Razão tem o sr. Kubitschek ao afirmar que a independência política, sem a emancipação econômica e a dignificação social, acabará por transformar-se em mera sombra, em ficção.

Como conciliar, por exemplo, um conceito de real independência política com os acordos atômicos firmados com os Estados Unidos, pelos quais os monopolistas norte-americanos não somente se apossaram de nossas reservas de materiais físsis como passaram a ditar nossa política externa no terreno da energia nuclear? A nova política nuclear adotada pelo governo foi um ato de soberania política e uma contribuição importante para nossa emancipação econômica. Como conciliar nossa posição de país soberano com o escrivador Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, firmado sob pressão norte-americana e pelo qual um Estado estrangeiro dita normas de política externa ao nosso país, em função dos interesses exclusivos dos círculos dirigentes daquele Estado estrangeiro? A denúncia desse acordo será um ato de soberania política que a nação exige do governo e para o qual lhe dará todo o apoio. Como conciliar nossa condição de país independente com o monopólio norte-americano do comércio exterior brasileiro e a submissão do Itamarati às imposições norte-americanas contra o estabelecimento de relações normais entre o Brasil e os países socialistas — medida há muito reclamada pelo povo e os setores mais representativos do comércio, da indústria, da agricultura, dos partidos políticos, etc.? A adoção dessa medida é indispensável ao progresso do país, será uma contribuição importante no caminho de nossa emancipação econômica — será, antes de tudo, uma afirmação de nossa soberania política.

O que a maioria da nação exige, do governo do sr. Juscelino Kubitschek, é que passe corajosamente das palavras aos atos — aos atos concretos como a fixação na nova política de energia nuclear — no sentido de nossa emancipação econômica, do rompimento das cadeias que ainda nos prendem aos colonialistas norte-americanos, cuja dominação é, também, o primeiro fator do atraso e da miséria de nosso povo.

Decidida a Greve dos Marítimos Se Não For Concedida a Equiparação

Os sindicatos marítimos continuam dispostos a decretar, no dia 21 próximo, a greve nacional dos trabalhadores das empresas particulares de navegação, se até lá não lhes for concedida a equiparação dos salários com os do Lóide e da Costeira.

Terça-feira última realizou-se, no Ministério do Trabalho, uma mesa redonda com a presença de representantes da Federação dos Marítimos e dos Armadores, ficando deci-

da a criação de uma comissão para fazer o levantamento da escrita das empresas que alegam não possuir condições financeiras para conceder a equiparação. A comissão será composta de representantes do Ministério do Trabalho, dos marítimos e dos armadores. Os trabalhadores exigiram que os resultados da pericia sejam conhecidos até o dia 18 e também que a comissão leve em conta, não apenas a escrita oficial das

empresas, mas também os comprovantes de despesas apresentados pelos próprios marítimos (comandantes de navios, comissários, etc.).

AS ALEGAÇÕES DOS ARMADORES

Os armadores afirmam que obtiveram, em março deste ano, um aumento tarifário de somente 43%, dos quais 25% foram para a cobertura de aumento salarial e 13% para manutenção, reparação e operações das frotas. Deste modo querem dar a entender que a majoração de tarifas que obtiveram é insuficiente para a cobertura das despesas decorrentes de uma equiparação dos salários do seu pessoal aos salários pagos pelo Lóide e a Costeira.

A REALIDADE

Mas a afirmação das empresas particulares de navegação é inverídica. Como demonstrou a Federação Nacional dos Marítimos, em ofício encaminhado ao Departamento Nacional do Trabalho houve, a partir de março deste ano, um aumento percentual de 88% nas tarifas de carga geral e de 150% nas tarifas dos gêneros de primeira necessidade.

Acontece, porém, que os navios das empresas particulares dificilmente ultrapassam os portos acima de Recife, por serem de linha deficitária. Esses portos são servidos, quase exclusivamente, por navios do Lóide e da Costeira. Além disso, os armadores tiveram uma fabulosa economia de despesas com a transferência do pagamento da conferência, estiva e desestiva das mercadorias embarcadas que, antes do aumento

das tarifas, corria por conta dos próprios armadores e agora é feito pelo embarcador.

PODEM CONCEDER A EQUIPARAÇÃO

Assim, como o aumento das tarifas e o não pagamento da estiva, conferência e desestiva, os armadores tiveram um aumento extraordinário de suas receitas, suficiente para cobrir, com folga, as despesas com a equiparação dos salários. Esta não implicará num aumento de mais de 50% nas folhas de pagamento. Pois bem, quando os trabalhadores reclamaram, em março de 1956, um aumento de salários de ordem de 36%, os armadores declararam que esta despesa poderia ser coberta com um aumento tarifário de 22%. Ora, com um aumento



salarial da ordem de 50% bastaria para um aumento tarifário de 32%. Assim, com um aumento tarifário de 54% estariam em condições de realizar a equiparação de vencimentos, após o aumento de salários de março deste ano. Mas, como vimos, o aumento real das tarifas foi, em média, de 88%, mais que suficiente para cobrir as despesas com a equiparação.

UNIDADE DE TODOS OS MARÍTIMOS

Tudo isto mostra que a causa dos marítimos das em-

presas particulares é uma causa justa, não somente porque as companhias estão em condições de realizar a equiparação dos salários, como ainda porque o direito que reclamam é a aplicação de um princípio constitucional que estabelece o pagamento de igual salário por trabalho igual.

A luta dos marítimos das empresas particulares reclama o apoio de toda a corporação, particularmente dos trabalhadores do Lóide e da Costeira, que não permitirão, em nenhuma hipótese, que sejam utilizadas para furar a greve de seus companheiros

RETORNARÁ À CÂMARA A BATALHA PELA AUTONOMIA

REJEITOU O SENADO A EMENDA QUE MANDAVA REALIZAR ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA CARIOCA DENTRO DE 120 DIAS

O Senado rejeitou, esta semana, a emenda Chagas Freitas à Lei Eleitoral, emenda que determinava a realização das eleições para a prefeitura carioca dentro de 120 dias. Foi também rejeitada emenda do senador Lino de Matos que fixava em um ano o prazo para a realização das eleições.

O sr. Juscelino Kubitschek conseguiu, assim, mobilizar a maioria de que dispõe naquela casa do Congresso para torpedear a concretização da autonomia do Distrito Federal. Pretende conservar, durante todo o seu período presidencial, a faculdade de nomear o prefeito da Capital da República.

Mas, não somente o PSD (com a única exceção do senador Gilberto Marinho) e o PTB (com exceção dos senadores Lourival Fontes e Caiado de Castro) votaram contra uma das mais profundas reivindicações do povo carioca. A UDN juntou-se aos que temem que o povo carioca, como a população dos demais municípios, conquiste imediatamente o direito de eleger o prefeito de sua cidade.

Entretanto, o pronunciamento do Senado não liquida a possibilidade de eleição do prefeito da Capital da República antes de 1960. A matéria constante da emenda Chagas Freitas voltará à Câmara dos Deputados, que já a aprovava anteriormente, e se contar com a maioria necessária, será mantida.

A campanha pela autonomia precisa, por isso, reviver com maior intensidade. O agravamento constante dos problemas da Capital da República reclama, mais que nunca, que o povo carioca disponha imediata e efetivamente do direito de escolher o prefeito de sua cidade — um democrata capaz de contar com o apoio e a confiança do povo e de manter os compromissos assumidos com o eleitorado.

NO RIO A ÓPERA DE PEQUIM

ESTREIOU, na noite de 11, no Teatro Municipal do Rio, a Ópera de Pequim. A imprensa e os círculos culturais da Capital da República — tal como ocorreu em Paris, Londres e outras grandes capitais onde se exibiu o admirável conjunto chinês — foram unânimes em aplaudir o alto valor artístico do espetáculo, que nos apresenta a estranha beleza e o profundo conteúdo humano do teatro da China, herdeiro de tradições milenares.

O poeta Murilo Mendes assim definiu a Ópera de Pequim, após assistir a estréia no Teatro Municipal: «estranho, alegre, triste, perfeito, grande, extraordinário! Em suma: arte!» Presentes à abertura da temporada estavam mem-

bro do governo, parlamentares, o prefeito da cidade, escritores, artistas, jornalistas. Uma platéia entusiástica ventilando completamente as dependências do Teatro, em todos os espetáculos.

A Ópera de Pequim dará um espetáculo para o povo carioca, a preços populares, tendo a sra. Sarah Kubitschek, esposa do presidente da República e presidente das Pioneiras Sociais (organização que se beneficiará da renda) entrando em entendimento com o prefeito do Rio, sr. Negrão de Lima, para que o espetáculo se realize no Maracanãzinho, na noite de 23 do corrente. Após a temporada na Capital da República, a Ópera de Pequim exibirá-se no Teatro Municipal de São Paulo.

Notas Breves

Estados que não enviaram notícias e nem dinheiro para a Comissão Nacional: Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Pará, Alagoas, Santa Catarina, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe e Piauí.

Distrito Federal e São Paulo, responsáveis pela maior parte da quota de 20 milhões, estão iniciando uma vibrante emulação em disputa do título de maior ajudista da imprensa popular. Por enquanto, o Rio está ganhando.

A comissão paulista está levando a efeito uma interessante iniciativa: programas radiofônicos dominicais, de uma hora de duração, irradiados diretamente dos bairros e com um concurso denominado «Hoje em busca das vozes de amanhã».

Uma experiência bastante produtiva está sendo realizada por comissões cariocas a organização de reuniões sociais, com um número selecionado de amigos, música e coquetel. Conversa-se informalmente sobre a Campanha e os convidados contribuem.



FESTA NA PENHA, EM SÃO PAULO

Animada festa realizou-se no bairro da Penha, em São Paulo, para a instalação da Comissão «14 de Julho» da Campanha dos Vinte Milhões. NA FOTO: o «Grupo Folclórico da Sociedade Amigos de Artur Alvim», que abri-

CAMPANHA NACIONAL	
Distrito Federal	Cr\$ 1.904.127,00
São Paulo	Cr\$ 1.434.493,00
Marítimos	Cr\$ 200.000,00
Estado do Rio	Cr\$ 60.000,00
Minas Gerais	Cr\$ 42.500,00
Paraná	Cr\$ 15.000,00
Diversos	Cr\$ 53.580,00
TOTAL	Cr\$ 3.709.700,00

20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

A CAMPANHA DEVE ATINGIR AMPLOS SETORES DA POPULAÇÃO

Hoje, dia 15 de setembro, esgota-se a metade do prazo de duração da Campanha. Deveriam ter sido arrecadados, portanto, dez milhões de cruzeiros, mas foram apenas cerca de quatro milhões. Quer isto dizer que o povo brasileiro recusa-se a colaborar com os jornais democráticos? Não, não se trata dis-

so. Onde foi levada ao povo, a

Campanha teve calorosa aceitação. Deputados e vereadores dos mais diferentes partidos políticos, intelectuais e artistas, dirigentes sindicais e industriais, fazendeiros e comerciantes apoiaram a Campanha e assinaram o manifesto de lançamento nos Estados.

O que ocorre, entretanto, é que a Campanha não é desenvolvida tendo em conta todos estes fatores positivos, a situação política atual e as vitórias das forças democráticas e nacionalistas. Predominam ainda a velha estreiteza e o burocratismo. Gasta-se um tempo enorme para estruturar uma comissão ou clube de ativistas e, findo esse trabalho, a organização limita-se a fazer uma relação de velhos contribuintes e amigos e consome seu tempo fazendo visitas pouco produtivas. Evidentemente, com este tipo de trabalho não se pode conquistar a vitória.

A data de 15 de setembro deve marcar um passo de-

cisivo para intensificar a campanha dos vinte milhões. A providência imediata é apoiá-la em clubes e comissões operativas e ágeis, libertos de todos os entraves burocráticos e rotineiros. Essas organizações devem ter em mente que sua tarefa é levar a campanha para o seio das amplas massas, para as fábricas e escritórios, para as repartições e colégios, para os bairros, quarteirões, ruas e casas.

Nessa tarefa, desempenha um papel inestimável a propaganda da Campanha. Cada clube e comissão deve planejar sua propaganda, que completará aquela realizada pelas direções. Cartazes impressos e pintados a mão, jornais murais e volantes locais, publicidade em emissoras e alto-falantes, palestras e visitas de casa em casa — são alguns dos numerosos meios de propagar a campanha e atingir amplos setores da população.

Prepara-se Escorchanto Aumento Das Passagens de Onibus no Rio

O REPRESENTANTE DA ABI DIRIGE GRAVE DENÚNCIA AO PREFEITO NEGRÃO DE LIMA - OUTROS AUMENTOS EM PAUTA: CARNE, CAFÉZINHO, MÉDIA, GASOLINA E FÓSFOROS

O AUMENTO das passagens dos ônibus e lotações volta, novamente, à ordem do dia no Distrito Federal, trazido pela pressão das companhias concessionárias na Comissão de Revisão de Tarifas de Ônibus, cujo presidente é o prefeito Negrão de Lima. A manobra reaparece agora enfeitada com a denominação de «tarifa por quilômetro-passageiro» e prevê um aumento de 40 por cento para os ônibus. Os lotações passariam a cobrar Cr\$ 10,00, por passageiro.

ADIADO PELOS ESTUDANTES

O aumento já estava pronto na gaveta do sr. Negrão de Lima e ia ser concedido, como ele afirmara, quando surgiu o movimento dos estudantes contra a elevação das tarifas dos bondes. As proporções atingidas

por aquela luta determinaram a protelação da nova tentativa de escorchar o povo, ficando uma comissão encarregada de estudar o assunto. Para isso, ela deveria partir de três questões: 1ª — exame da situação econômica e financeira das empresas que exploram o serviço de ônibus do Distrito Federal; 2ª — apuração das diversas parcelas componentes do custo operacional do serviço de ônibus e 3ª — exame das diferentes medidas a serem adotadas pelos Poderes Públicos visando, de uma parte, à redução do custo operacional e de outra, à melhoria da receita de ônibus, sem agravo do público, esta última através do estabelecimento de um plano de transporte e revisão das concorrências ruinosas, autorizadas pelo Poder Público mediante injunções de complacências alheias ao interesse público.

CONCESSIONÁRIOS PRESSIONAM

Agora, entretanto, o representante da Associação Brasileira de Imprensa na referida comissão endereçou ao prefeito Negrão de Lima fundamentada denúncia de que, sob a pressão dos representantes das companhias concessionárias, a comissão havia alterado a ordem dos trabalhos, desprezando as questões acima referidas e iniciando um relatório sugerindo abusiva majoração. Para isso, elaborava uma «justificativa», tomando por base a existência (imaginária) de um serviço padronizado de ônibus com lotação máxima de 72 passageiros e renovação compulsória de 5 em 5 anos dos coletivos.

Como se vê, a «base» é inteiramente falsa, pois a lotação máxima atinge até 100 passageiros e os ônibus só são renovados quando estão caindo em pedaços. Os comandos realizados pelos estudantes nas ruas da cidade, quando se tentou aumentar as passagens, demonstraram que a lotação média, por dia, era superior a 80 passageiros e que o lucro líquido diário de uma empresa (linha 112 — Estrada de Ferro-Leblon) era de quase cem mil cruzeiros.

NOVOS AUMENTOS EM PAUTA

Por outro lado, o aberto estímulo da COFAP ao aumento dos preços dos gêneros essenciais — como os casos recentes do leite, açúcar e pão — abriu o caminho para a especulação mais desenfreada. A carne de primeira subiu de Cr\$ 42,00 para Cr\$ 48,00, nesta semana, e os açougueiros avisam que chegará a Cr\$ 60,00 ainda este mês, com proporcional aumento das outras espécies. Enquanto isso, permanece engavetado na COFAP o projeto de tabelamento da carne, que fixa a de primeira em Cr\$ 37,00.

Em relação a este alimento, a orientação da COFAP é a mesma empregada no caso do trigo: deixa os frigoríficos e moinhos norte-americanos com as mãos livres para elevar preços e arrancar lucros fabulosos, o que, inevitavelmente, acarretará majorações nos açougues e padarias.

O POVO DEVE RESISTIR

Além da carne, estão em pauta para aumento os preços do cafézinho, da média, dos fósforos e da gasolina, este último de dez centavos por litro. O aumento dos preços de barba e cabelo já foi concedido, através da liberação.

Trata-se, como se vê, de uma ininterrupta cadeia de majorações. Esta cadeia pode ser interrompida, no entanto. Em vários pontos do país e, particularmente, em São Paulo, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, o povo tem conquistado alguns êxitos na luta contra a carestia, quando essa luta é unitária e apoiada nos sindicatos e nos conselhos de empresa, nas entidades estudantis e femininas, nas associações e comitês de bairro.

A LUTA PELA CONTENÇÃO DOS PREÇOS PRESTOU CONTAS AO POVO PAULISTA O PACTO DE UNIDADE INTERSINDICAL

ASSEMBLEIA NO VALE DO ANHANGABAÚ, COM A PRESENÇA DO POVO E DOS SINDICATOS DA CAPITAL E DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Uma assistência numerosa e entusiástica aplaudiu os oradores do comício do Anhangabaú. NA FOTO — aspecto parcial do comício.



A assembleia popular no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, convocada pelo Pacto de Unidade Intersindical, realizou-se com êxito. A chuva que caiu na Capital paulista não impediu que considerável número de trabalhadores e donas de casas comparecessem ao ato, no qual a direção do Pacto prestou contas ao povo de suas atividades e traçou o programa futuro.

Carregando faixas e cartazes onde inscreveram suas reivindicações, vieram os moradores dos bairros paulistas, os operários das fábricas e delegações do interior. Destacavam-se, entre outros, os distícos contra os aumentos do açúcar, do leite e do pão, pela contenção dos preços, pelo reajustamento dos salários, pela liberdade de imprensa e sindical.

Dezenas de sindicatos paulistas enviaram seus representantes ao comício, tendo comparecido também personalidades como o deputado Frota Moreira, o general Gentil Falcão, o deputado Rocha Mendes, os vereadores João Louzada e Matilde Carvalho, de São Paulo, e João Simões Cardoso e Edward Marciano, de Sorocaba. Do interior, vieram delegações sindicais de Atibaia, Mogi das Cruzes, Gua-

ratinguetá, Tatuí, Jundiá, e Sorocaba, e, de outros Estados, de Barra Mansa, Volta Redonda e Distrito Federal.

RESOLUÇÕES

Discursaram no comício, entre outros, o Sr. Pedro Iovine, em nome da Comissão Executiva do Pacto, a vereadora Matilde de Carvalho e os líderes sindicais Gabriel Greco, Nelson Rustici e Alberto Zamignani. Por aclamação, foram aprovadas importantes resoluções que objetivam intensificar a luta pelas reivindicações do proletariado paulista e contra a carestia. Nesse sentido, foi decidida a realização de uma concentração popular em frente à Assembléia Legislativa, no dia 5 de outubro, para exprimir ante o governo estadual discordância sobre a pretendida majoração do imposto de vendas e consignações e para conhecer a resposta do Sr. Jânio Quadros ao Plano de Abastecimento da Capital, que lhe foi entregue pelo Pacto.

Outra deliberação importante tomada na assembleia do Vale do Anhangabaú foi uma moção pelas liberdades democráticas e, particularmente, em defesa da liberdade de imprensa e de solidariedade às entidades jornalísticas na luta contra a

lei-rólha que se projeta impor à nação.

Os Sindicatos à Frente da Luta Contra a Carestia em Todo o País

OS TRABALHADORES brasileiros tomam a frente da luta contra a carestia, em todo o país. Em muitos Estados os sindicatos operários começam a organizar e dirigir a luta, unindo em torno aos trabalhadores as diversas camadas da população asfixiadas pela alta galopante dos preços dos gêneros e artigos de amplo consumo.

EM SÃO PAULO o Pacto de Unidade Intersindical realizou, no Vale do Anhangabaú (noticiário noutro local desta página) uma assembleia pública, com a participação de delegações da capital e do interior, quando foram adotadas importantes medidas para intensificar a luta contra a carestia.

NO RIO a Comissão Permanente Contra a Carestia (sindicatos e organizações estudantis) realizará um grande comício no dia 18, às 18 horas, na Esplanada do Castelo, para exigir a contenção dos preços por 180 dias e a adoção de medidas efetivas que detenham a elevação do custo da vida. A luta contra a carestia, no Distrito Federal, adquire um caráter cada vez mais organizado, integrando-se nela as organizações dos trabalhadores, estudantes, donas de casa, etc.

NO RIO GRANDE DO SUL teve início, a 1º do corrente, a Quinzena Estadual Contra a Carestia, que culminará no dia

17 com a instalação de uma Convenção Sindical em que os representantes dos trabalhadores de todo o Estado, com o apoio das outras camadas do povo, adotaram medidas para intensificar a luta contra a elevação dos preços. Nos principais municípios gaúchos realizam-se, com êxito, convenções sindicais preparatórias.

EM JOÃO PESSOA (Paraíba) estão se realizando comícios, com a participação de líderes sindicais, parlamentares e outras personalidades, para exigir a contenção dos preços. Destacam-se, nos últimos dias, os comícios realizados na Praça do Trabalho e no Oitizeiro.

NO PARA a Federação dos Trabalhadores na Indústria, com o apoio de todos os sindicatos, lançou uma grande campanha pela contenção dos preços dos principais gêneros de primeira necessidade. Os estudantes e donas de casa apoiam a campanha. Um dos objetivos, no momento, é impedir o aumento nas passagens de ônibus, exigido pelas empresas de transporte urbano.

Em outros Estados, como Pernambuco, Bahia, Paraná e Minas Gerais, os sindicatos, com apoio das donas de casa, das organizações estudantis e do povo, estão organizando a luta contra a carestia, que alcançará vitórias na medida em que a ela se incorporarem, organizadas, as grandes massas, tendo a frente a classe operária.

PASSEATA E COMÍCIO EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA

REALIZARÃO UMA GREVE DE PROTESTO CONTRA AS AMEAÇAS AOS JORNAIS OS UNIVERSITÁRIOS E JORNALISTAS DE SÃO PAULO —

OS UNIVERSITÁRIOS cariocas levaram às ruas a luta contra as ameaças de amordaçamento da imprensa, realizando uma passeata até a Câmara dos Deputados, onde a manifestação se encerrou com um comício no qual falaram dirigentes das organizações estudantis e parlamentares. Os estudantes de todas as escolas superiores do Distrito Federal, sob a direção da UME, desfilarão pelas ruas centrais em silêncio, com lenços amarrados à boca e conduzindo cartazes de protesto. Os oradores do comício reafirmaram a posição dos universitários, que continuarão lutando intransigentemente até a derrota da tentativa de arrolhar a imprensa e golpear as liberdades constitucionais.

Também os universitários paulistas tomaram posição na luta, decidindo realizar uma greve de protesto contra a lei rólha. A iniciativa foi apoiada pelos jornalistas que realizarão uma greve de 24 horas se for apresentado à Câmara um projeto de cerceamento da liberdade de imprensa.

CAI A «TESE» NEREU

O ministro Ribeiro da Costa concedeu a medida liminar no mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal pelo «Estado de São Paulo» e «Tribuna da Imprensa» contra as violências policiais de que foram alvo, inclusive censura e ameaças de novas apreensões. Em seu despacho, baseia-se o ministro Ribeiro da Costa no parágrafo 5º do artigo 141 da Constituição, que veda a censura a livros, revistas e jornais, só permitindo sua apreensão quando se tratar de publicações clandestinas ou obscenas, e no artigo 60 da lei de imprensa em vigor, que determina: «Nenhuma providência de ordem administrativa poderá tomar a autoridade pública que, direta ou indiretamente, cerceie a livre publicação de jornais e periódicos ou que, de qualquer maneira, prejudique a situação econômica e financeira da empresa jornalística».

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal põe abaixo a «tese» do sr. Nereu Ramos, desenhovida em parecer de encomenda pelo consultor da República, segundo a qual tem a polícia a faculdade «legal» de apreender jornais ou impedir sua circulação.

A LUTA PELO CAMINHO ITALIANO PARA O SOCIALISMO

De 22 a 26 de junho deste ano reuniu-se em Roma o Comitê Central do Partido Comunista Italiano. Nesta reunião Palmiro Togliatti apresentou um informe de rico conteúdo teórico, a respeito do segundo ponto da ordem do dia: «A preparação do VIII Congresso do P.C.I.». Em face da importância deste documento, damos a seguir um extrato das principais questões focalizadas por Palmiro Togliatti.

«Em que consiste a importância do Congresso que nos apressamos a preparar? Consiste em que nos encontramos em presença de um conjunto de fatos e de elementos novos, tanto da situação internacional como da situação de nosso país e do Partido. Esses fatos e elementos novos devem ser avaliados de maneira justa, para que se saiba extrair deles todas as consequências necessárias ao nosso desenvolvimento ulterior, às lutas que devemos travar, à orientação do movimento revolucionário da classe operária e do povo italiano.

Nesta reunião do C.C. deve ser iniciado o trabalho indispensável a este objetivo. Ele não terminará em nossa reunião; aqui, apenas começa. Faça esta advertência a fim de que fique claro, desde o início, a todos os camaradas, o caráter de meu informe, e também o caráter que deve ter, a meu ver, a discussão que se seguirá ao informe. Trata-se, agora, de formular os problemas, de expressar sua amplitude, de procurar delimitá-los e indicar seu conteúdo, isto é, de dar o quadro geral da discussão que deve desenvolver-se no Partido, mas não de resolver, ainda, estes problemas. Trata-se de fazer um esforço para avançar justamente, desde o início, a importância dos temas que devemos examinar e o valor das soluções que devemos dar. Trata-se de assinalar, desde o princípio, esta importância e de traçar uma orientação geral, mas não de dar, já agora, soluções definitivas. As soluções deverão ser dadas por todo o Partido através do debate para o qual está convocado e de que o Congresso fará o balanço final.

POR QUE NÃO FORAM DISCUTIDOS ANTES OS PROBLEMAS SUSCITADOS PELO XX CONGRESSO DO P. C. U. S. ?

«Sei que algumas reservas foram feitas, por exemplo, quanto à maneira pela qual, de acordo com a Direção do Partido, lancei as bases da discussão no Conselho Nacional, pondo no centro os problemas da luta eleitoral que imos travar, e não os problemas levantados pelas críticas a Stalin no XX Congresso. Os que sabem o que é o nosso Partido, e quanto é vasta a tarefa de mobilizá-lo, e a exiguidade de tempo de que dispunhamos, deverão reconhecer que esta posição era justa. Isto significa ainda, camaradas — o digo agora abertamente — que no informe que apresentei no C.C. do Partido, logo após o XX Congresso do P.C.U.S., foi deliberadamente que não enfrentei e tratei a fundo as questões que deveriam ser enfrentadas e tratadas. E que eu tinha plena consciência de que estas questões, uma vez abordadas, teriam de sê-lo em profundidade, e isto só se poderia fazer num Congresso do Partido e no curso do debate preparatório. Ora, não podíamos, naquele momento, convocar um Congresso.

COMO CONDUZIR A DISCUSSÃO?

Depois de apontar algumas debilidades nas discussões já em curso no Partido — o fato de que se assista, muitas vezes, não a um debate, isto é, a uma troca de opiniões para se chegar a conclusões determinadas, mas a uma espécie de desatolado confuso, prossegue Togliatti:

«Como se deve discutir? É necessário, inicialmente, ter em vista a nossa doutrina, a doutrina marxista-leninista, o que escreveram os nossos clássicos, o que em nosso próprio Partido, neste domínio, foi elaborado durante sua existência. Minha opinião é que, neste domínio, o balanço que podemos apresentar à classe operária e ao povo italiano é, em substância, um balanço positivo. Basta pensar no que era a bagagem ideológica do Partido Socialista quando o abandonamos; basta lembrar esta ausência de idéias contra a qual protestou Gramsci tão altivamente, esta ausência de qualquer conhecimento de nossa doutrina, nossa incapacidade total de retornar aos princípios para analisar justamente a situação objetiva e disso extrair indicações, políticas exatas, para compreendermos quanto progredimos.

É necessário lembrar o lugar ocupado pelo marxismo na cultura italiana, de onde surgimos e no curso de dezenas de anos após. Este marxismo era considerado como um cadáver em putrefação, que se podia olhar unicamente com um sentimento de piedade ou de mófia.

«Esta situação não mais existe. Hoje, graças a nós, ao nosso Partido, a seus militantes, a seus dirigentes, a seus intelectuais e seus amigos, a doutrina marxista é, outra vez, uma base de organização, de desenvolvimento e de direção da cultura nacional. Deve-se novamente contar com o marxismo e este resultado foi obtido porque nós, marxistas, demos prova de saber levar em conta não somente a realidade política mas também correntes tradicionais do pensamento italiano.

«Sabemos que neste domínio também existem lacunas e deficiências que devem ser superadas; mas é falso dizer que o balanço seja negativo. Nosso Partido teve a sorte de ser fundado por Antonio Gramsci; a meu ver, este pensador, no curso desses cinquenta anos, deu a maior contribuição, na Europa ocidental, ao aprofundamento e ao desenvolvimento da doutrina marxista à base de um amplo conhecimento dos desenvolvimentos intelectuais de todo o Ocidente e de um conhecimento profundo das condições de nosso país. É necessário basear-se em Gramsci e em toda a nossa doutrina. É necessário lembrar que esta doutrina é a mais avançada e a mais eficiente de todas as doutrinas que ajudam a compreender o mundo econômico, político e social, a valorizar justamente as correntes de pensamento e de ação que atuam na história, a encarar e resolver todos os temas da vida nacional e internacional. Devemos saber abeberarmos nesta doutrina. Um marxista não pode parecer-se a um asno que leva no dorso uma vasilha de vinho, mas bebe água. O marxista deve beber sempre o vinho da doutrina que possui. Não pode beber nem o caldo insipido das frases feitas e repetidas continuamente, nem a água suja de podridões de doutrinas doutra procedência ou de intrigas de seus adversários e de

seus inimigos. Nossa doutrina deve ser, portanto, o primeiro ponto no qual devemos apoiar nossas discussões.

O segundo ponto em que nos devemos basear é a realidade da vida nacional e internacional sob seus aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais. É inevitável que certos temas do XX Congresso dominem os outros, pelo menos inicialmente. São, com efeito, os temas que mais chocaram e chocam mais; ao discutí-los, chegamos a descobrir questões fundamentais de nosso movimento. Mas, penso, entretanto, ser igualmente inevitável que, pouco a pouco, no curso do debate, preponderem os temas de nossa política, do desenvolvimento de nosso Partido, da análise da situação de nosso país e da formulação de nossas tarefas.

O GRANDE FATO NOVO: O SOCIALISMO APRESENTA-SE AOS HOMENS COMO IMPONENTE FORÇA EM DESENVOLVIMENTO QUE AVANÇA E TENDE A AMPLIAR CADA VEZ MAIS A ESFERA DE SEU DOMÍNIO

«Podemos dizer que atualmente no mundo nos encontramos diante de um reviramento, ou, se se quiser ser mais prudente, no início de um reviramento tanto na situação internacional quanto no desenvolvimento do movimento operário e do movimento popular que se orientam para o socialismo. Que é, pois, este reviramento ou este início de reviramento? E o que devemos saber compreender imediatamente para equacionar de maneira justa nossas reflexões e as conclusões a tirar delas. É fora de dúvida que, até o momento, a melhor contribuição para determinar a natureza deste reviramento foi dada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. O Congresso partiu — como é preciso partir, efetivamente — de certas constatações. Partiu, antes de tudo, da constatação de que se criou no mundo um sistema de Estados socialistas.

«Deve-se constatar, ao mesmo tempo, a derrocada do colonialismo como sistema de dominação do mundo pela pequena minoria de Estados imperialistas. Em consequência desses dois fatos, encontramos em presença de uma transformação de estruturas objetivas de todo o mundo e é em consequência dessas modificações de estruturas objetivas que assistimos a profundas modificações na orientação ideal e prática dos homens. Algumas dessas modificações já se realizaram, outras estão em curso. Tal é, por exemplo, a tendência dos novos povos e novos Estados que se subtraíram à dominação do imperialismo a não mais seguir o caminho do capitalismo no desenvolvimento econômico, político e social.

«Nenhum desses novos Estados — vêde a Indonésia, a Índia, o Egito, a Indochina — proclama a necessidade de instaurar o modo de vida americano». Nesses Estados, ao contrário, se elevam vozes cada vez mais autorizadas que proclamam a necessidade de se colocar no caminho do socialismo, isto é, de transformar as relações econômicas, políticas, sociais, na grande direção indicada pelo socialismo. É disso que decorre a tendência desses países a se aproximarem dos países já socialistas e o crescimento, não somente da força material, da força econômica e política, mas também do prestígio dos países socialistas e, antes de tudo, da União Soviética.

«Que consequências decorrem desse novo quadro do mundo diante do qual nos encontramos? Podemos concluir que o capitalismo esteja liquidado? Não. Isto seria um grave erro. O capitalismo permanece; e mais, o capitalismo pode desenvolver-se, ainda em determinados países e durante períodos determinados. Numa parte do mundo permanece o sólido poder dos capitalistas. Podemos concluir que o imperialismo esteja liquidado? Não, isto seria também um grave erro. O imperialismo permanece. Mantém sua dominação sobre um terço do mundo, pelo menos. A economia capitalista mantém suas características de economia imperialista, que são aquelas que conhecemos, numa série de grandes países grandemente desenvolvidos. Portanto, os contrastes internos do mundo capitalista permanecem e as tendências que são ligadas ao próprio imperialismo se desenvolvem. Entretanto, a transformação profunda de estrutura que já se produziu tem consequências evidentes e cada vez mais amplas, seja no domínio das relações entre os Estados e os movimentos organizados de massas, seja no que se refere ao desenvolvimento da consciência das massas e das idéias, e, portanto, no que concerne ao avanço de toda a humanidade no caminho do progresso.

O XX Congresso assinalou particularmente uma dessas consequências quando afirmou que atualmente as guerras não são mais inevitáveis. Mas pode-se e deve-se tirar daí outras consequências que nos tocam de maneira direta, a nós que vivemos no mundo capitalista e que combatemos pela paz e o socialismo. O socialismo — e isto é uma grande coisa nova — apresenta-se aos homens como uma imponente força real em movimento, que avança, que tende a ampliar cada vez mais sua esfera de domínio. As forças produtivas estão em desenvolvimento, tanto no mundo capitalista como no socialista. Entretanto, nos países socialistas, o desenvolvimento das forças produtivas não está em contraste com as formas de organização da vida econômica. Está em harmonia com essas forças. Com efeito, este desenvolvimento marcha a par, pelo menos no início, com um processo unitário, de coordenação dos desenvolvimentos econômicos nas diferentes partes do mundo. São os países socialistas que hoje proclamam a necessidade de unir, ainda, o mundo, pelo menos de criar um grau superior de cooperação entre os diversos povos para resolver os grandes problemas diante dos quais se encontra a humanidade. A marcha para o socialismo assume, assim, as mais amplas formas e coloca problemas novos; ela diz respeito a povos e países diferentes e torna-se, assim, mais segura. Esta confiança que, em 1917, se apossou do primeiro vez dos operários e das massas populares de vanguarda quando viram que, finalmente num país a classe operária havia conseguido tomar o poder e utilizá-lo para construir uma economia e uma sociedade novas, é hoje, não somente maior, mas já algo de diferente do ponto de vista qualitativo; com efeito, em cada país, tanto nos amplamente desenvolvidos como nos que ainda não o são, se apresentam possibilidades reais e novas de reunir forças cada vez mais amplas para impulsionar esses países pelo caminho de um desenvolvimento socialista.

PALMIRO TOGLIATTI (SECRETÁRIO-GERAL DO P. C. ITALIANO)

Dai a afirmação de que o método democrático, na luta pelo socialismo e no progresso a realizar adquirir, atualmente, este relevo que não poderia ter no passado. Quer dizer que se podem obter resultados determinados e de grandes resultados na marcha para o socialismo sem abandonar este método democrático, seguindo-se caminhos diferentes daqueles que foram seguidos e que eram quase obrigatórios no passado, evitando-se as ruturas e as posições rígidas que então foram necessárias.

AS QUESTÕES DOS DIFERENTES CAMINHOS DE PASSAGEM AO SOCIALISMO E A POLÍTICA DAS FRENTE POPULARES

Esta nova situação, de onde decorrem tão importantes consequências, será estável, manter-se-á ou deve ser considerada transitória? Não somos profetas. Vemos, não obstante, que esta situação é a expressão de transformações, algumas definitivas, e por isso trabalhamos e convocamos todos os povos a lutar a fim de que o que é hoje bom e belo se torne permanente, não desapareça mais.

Esta situação nos permite ter mais clareza e colocar de maneira nova a questão dos diferentes caminhos de passagem ao socialismo e de construção de uma economia e de uma sociedade socialista. Não é que esta questão não tenha sido examinada anteriormente. Ela foi percebida e discutida pelos clássicos do marxismo. Foi considerada e tratada por Lênin no primeiro período da revolução. Posteriormente esqueceram-se as afirmações que assinalavam a possibilidade existente de diferentes caminhos de desenvolvimento político para o socialismo; pelo menos, parcialmente. Isto se verificou talvez por que o exemplo soviético exerceu tão forte atração sobre todo o mundo do trabalho e, particularmente, sobre as vanguardas da classe operária, que contribuiu para fazê-las esquecer. Queríamos, entretanto, acentuar (e isto deve ser lembrado, pelo menos aos «jovens», como se diz atualmente, isto é, aqueles cuja experiência histórica é mais limitada) que nunca se abandonou a procura de caminhos diferentes daqueles que foram seguidos pela União Soviética. Uma pesquisa das novos caminhos para levar a classe operária e as forças populares ao poder, para organizar o poder e, portanto, para marchar no sentido do socialismo através de novos métodos foi feita corajosamente e não sem originalidade quando o mundo capitalista, após a terrível crise de 1929, engendrou novas formas fascistas de ditadura aberta, reacionária, e quando profundas crises políticas se abateram sobre a Europa. Não se obtiveram conquistas estáveis, permanentes, mas tentativas foram feitas. A mais notável, na época, foi a política das frentes populares, quando chegamos, lançando ao mar velhas posições, a afirmar que os Partidos Comunistas podiam e deviam participar dos governos em circunstâncias determinadas. No caso da Espanha, em particular, chegamos a definir o caráter de um novo Estado democrático onde a classe operária e seus partidos participavam do poder, mas que, entretanto, não correspondia de nenhum modo ao Estado que se havia organizado quando a classe operária tomou o poder na Rússia, em 1917.

A TESE DE LÊNIN SOBRE A POSSIBILIDADE DE UM SALTO DE CERTAS FASES DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO, ATRAVÉS DE FORMAS ORIGINAIS DE EVOLUÇÃO, FAVORECIDAS PELA AJUDA DE PAÍSES SOCIALISTAS

A teoria da variedade de caminhos de desenvolvimento para o socialismo reclama hoje, entretanto, uma elaboração mais profunda, justamente em relação às modificações de estruturas objetivas da sociedade e da orientação do movimento tendente à transformá-la.

Além disso se necessita partir do exame do desenvolvimento das forças produtivas, de onde decorre um impulso objetivo para o socialismo. Este impulso se revela sob certo aspecto nos países onde a economia está muito desenvolvida, e sob outro aspecto nos países onde a economia não está plenamente desenvolvida. Lênin já havia corrigido a tese enunciada por Marx, segundo a qual só seria possível chegar ao socialismo unicamente nos países que tivessem atingido o mais alto grau de desenvolvimento do capitalismo. É evidente que as condições introduzidas por Lênin devem ser ulteriormente precisadas, hoje quando vemos povos e Estados novos, tendendo ao jugo colonial, afirmar suas intenções de ir ao socialismo e pedir a ajuda dos países socialistas para conseguí-lo, pelo menos, dar alguns passos numa direção que não é mais a direção tradicional do desenvolvimento capitalista.

Isto tinha sido previsto, pelo menos em parte, por Lênin, quando afirmava que em determinadas circunstâncias é possível saltar certas fases do desenvolvimento do capitalismo, passando-se por formas originais de evolução, auxiliadas pela assistência de países onde já existe uma sociedade socialista.

Esta previsão de Lênin adquire hoje um conteúdo concreto, que não tinha antes. Assim, se apresentam grandes e novos problemas, que é preciso examinar de forma nova: por exemplo, o de fazer desaparecer as zonas da fome, do desemprego, das moléstias endêmicas, onde não existem sequer as formas elementares de uma civilização capaz de satisfazer mesmo as exigências primárias de uma vida humana, que assegure aos homens o grau necessário de bem-estar.

No domínio político, creio poder afirmar que o desenvolvimento subjetivo não foi ainda, e ainda não é completamente adequado ao desenvolvimento objetivo. A ação consciente dos Partidos de vanguarda da classe operária não corresponde, em geral, às transformações de estrutura que se verificaram, e à nova consciência que se forma nas massas.

Um desenvolvimento uniforme e geral do progresso dos

países comunistas, isto é, das vanguardas da classe operária organizada nesses partidos, não se verificou.

DIFERENTES SITUAÇÕES NO PRÓPRIO CAMPO DO SOCIALISMO E NO MOVIMENTO OPERÁRIO MUNDIAL, EM GERAL

Elementos políticos sobrevieram, também, para impedir a continuidade do desenvolvimento: a força, a violência algumas vezes, das classes dirigentes. Houve erros, incapacidades das vanguardas comunistas e de suas direções em se engajar em certos processos históricos nacionais, em compreender as tradições históricas dos diferentes países e as utilizar para dar elan à marcha para a frente das vanguardas comunistas, conquistando a direção dos grandes movimentos populares.

Todos esses elementos frearam — e algumas vezes impediram, mesmo — o desenvolvimento dos partidos comunistas. Por outro lado, o próprio campo do socialismo possui, internamente, diferenças que se devem ter em conta. Seria mesmo completamente estranho se alguém pensasse poder reduzir os problemas que se colocam para a organização de uma economia e de uma sociedade socialista na América aos que se colocavam após a tomada do poder na União Soviética. Pode-se dizer o mesmo quanto aos países que têm regimes de democracia popular. Há, entre esses países, consideráveis diferenças de estruturas econômicas, de tradições populares, de formas de organização. Mesmo os progressos até aqui realizados na edificação de uma economia e de uma sociedade socialista são diferentes. Seria um grave erro não levar em conta essas diferenças ao fixar as tarefas, os objetivos e o ritmo da ação.

Se, depois disso, olhamos para fora do campo dos países socialistas, as diferenças são ainda maiores. Podemos ver, por exemplo, um impulso para o socialismo e uma orientação, mais ou menos clara, no sentido de reformas e transformações econômicas de tipo socialista, mesmo em países onde os partidos comunistas, não só não participam do poder, mas, algumas vezes, não representam mesmo grandes forças.

A função dos partidos comunistas, em tais casos, é a de estudar, e não nos compete estudá-lo em primeiro lugar. É tarefa das vanguardas operárias dos comunistas que em esses países. É certo, entretanto, que nos encontramos diante de uma nova colocação da relação entre os partidos comunistas e o poder, entre os partidos comunistas e as massas trabalhadoras, entre as tarefas dos partidos comunistas e a marcha à frente de todo o país para o socialismo. Esta questão se apresenta hoje, e adquire uma importância particular nas zonas do mundo há pouco libertadas do colonialismo. Entretanto, mesmo nos países de capitalismo muito desenvolvido, pode suceder que a classe operária, em sua maioria, não saiba que não é comunista; e não podemos excluir, mesmo nesses países, partidos não comunistas, mas com a classe operária, possam exprimir o impulso da classe operária para uma marcha à frente no sentido do socialismo. Outra parte, mesmo ali onde existem fortes partidos comunistas, podem existir ao lado deles outros partidos com bases classe operária e com um programa socialista. A tendência à realização de transformações econômicas radicais do sistema capitalista, numa direção que é, em geral, a do socialismo, podemos vir da parte de organizações e de movimentos que se chamam de socialistas.

GRANDE EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA É SEMPRE ENSINAMENTO PRECIOSO, MAS NÃO PODE INTER DIRETIVAS PARA RESOLVER TODAS AS QUESTÕES

Naturalmente, nesses casos, se coloca a questão de que uma relação entre diferentes organizações — das quais umas são comunistas ou socialistas, nitidamente orientadas para a edificação do socialismo — e de outras organizações comunistas, nem socialistas, mas orientadas no sentido de reformas sociais de tipo socialista. É necessário chegar-se a uma relação normal que conduza, partindo da compreensão correta, até a «entente» e à colaboração eventual. O problema de saber como se pode atingir à uma unidade entre as diferentes formas organizadas que tendem, atualmente, a se encaminhar para uma sociedade socialista, representa, portanto, problema que se coloca de maneira nova.

Assim, como vêdes, cria-se um movimento complexo e múltiplo. Diante de nós temos um quadro profundamente diverso do existente no passado. Neste quadro, o problema da direção do movimento para o socialismo, dos próprios movimentos comunistas e dos partidos comunistas, deve-se colocar, inevitavelmente, também de maneira diversa do passado. Não temos o modelo de que a União Soviética será sempre, na história, o primeiro grande modelo de conquista do poder pela classe operária e de utilização do poder da maneira mais enérgica e se efetiva para se engajar com êxito à tarefa de edificar a economia e uma sociedade novas e para realizar esta tarefa, após haver quebrado a resistência da burguesia e das forças classes reacionárias e após haver repellido todas as tentativas de intervenção provenientes do estrangeiro. A experiência assim realizada é sem limites; ela apresenta grandes e importantes aspectos positivos, mas, também, aspectos novos. O estudo desta experiência foi e será sempre um precioso ensinamento, não só para os partidos comunistas, que não podem voltar-se para ela, mas também para todos os que desejam compreender a realidade atual, para todos os que lutam a radicais transformações econômicas e sociais e que marcham no sentido dessas transformações. Entretanto, a experiência não pode conter nem a solução prefabricada de todos os problemas que se apresentam hoje nos países diri-

gidos pela classe operária e pelos partidos comunistas, nem a solução prefabricada das questões que se apresentam ali onde os partidos comunistas — ou os partidos que se orientam para o socialismo — são partidos de oposição, atuando em condições profundamente diversas das em que atuava a vanguarda da classe operária na Rússia para tomar o poder e depois da tomada do poder.

A experiência realizada na edificação de uma sociedade socialista na União Soviética não pode conter diretivas para resolver todas as questões que se podem apresentar hoje a nós e aos comunistas dos outros países — estejam ou não no poder — e todos os partidos de vanguarda da classe operária e do povo.

O "SISTEMA POLICÊNTRICO": A PLENA AUTONOMIA DOS DIFERENTES MOVIMENTOS E DAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS E AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE ELES. A NECESSIDADE DE DESENVOLVER O ESPÍRITO DE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Criaram-se igualmente diferentes pontos ou centros de orientação e de desenvolvimento. É isto que chamamos, em breve, de sistema policêntrico, polifocal, correspondente à nova situação, à modificação das estruturas no mundo e das próprias estruturas dos movimentos operários. A este sistema correspondem, também, novas formas de relações entre os próprios partidos comunistas. Hoje, a solução que melhor corresponde, provavelmente, à nova situação pode ser a da plena autonomia dos diferentes movimentos e partidos comunistas, a das relações bilaterais entre eles, com o objetivo de criar uma compreensão completa e recíproca, assim como uma confiança completa e recíproca. Estas são as condições para uma colaboração e as condições para a unidade do próprio movimento comunista e de todo o movimento progressista da classe operária. Tal sistema é, mesmo, provavelmente, o que pode permitir uma melhor extensão das relações entre os movimentos comunistas e os movimentos de libertação nacionalista, social-democratas, socialistas, etc.; é um sistema que pode permitir desenvolver, de maneira nova, as questões da aproximação entre diferentes setores do movimento operário, da compreensão, da confiança recíproca, da «entente» e, eventualmente, amanhã, as questões do acordo entre todos os partidos que trabalham em favor de transformações socialistas no mundo. A unidade de ação que temos realizado na Itália com o Partido Socialista, como a unidade de ação realizada no passado noutros países, é uma das formas pelas quais se resolve o problema deste acordo, mas não é a única forma possível, ainda quando seja das mais avançadas.

É evidente que, nesta situação nova, trabalhando de maneira nova para estabelecer um contato com os outros partidos do movimento comunista internacional e com os outros setores do movimento operário e popular, orientados para o socialismo, afirmamos com energia o espírito do internacionalismo proletário e devemos lutar para o desenvolver em nossas fileiras, no seio da classe operária e do povo. Esta é uma tarefa que conseguiremos realizar tanto mais facilmente quanto consigamos dar ao nosso internacionalismo proletário um conteúdo concreto, preciso, correspondente à situação que está diante de nós, um conteúdo que não se reduza à repetição de fórmulas do passado, mas que enfrente com espírito novo e com iniciativa novas todos os problemas que se podem apresentar atualmente aos partidos de vanguarda da classe operária.

NOSSAS RELAÇÕES COM A LIGA DOS COMUNISTAS IUGOSLAVOS. A VIAGEM DE TITO A MOSCOW

Fléts é esta orientação, trabalhamos por resolver a questão de nossas relações com a Liga dos Comunistas Iugoslavos, e a resolvemos. Estamos lembrando do passado, dos erros que foram cometidos, da maneira pela qual esses erros foram corrigidos; e conhecemos nossas recentes gestões para estabelecer relações normais com os comunistas Iugoslavos. Minha viagem a Belgrado, que se verificou de maneira um pouco apressada porque dos dois lados se havia de ter em conta os ajustes anteriores, fora precedida por contatos de outros dirigentes de nosso Partido com dirigentes da Liga dos Comunistas Iugoslavos, o achemos a muito bom resultado. Estabelecemos com a Liga dos Comunistas Iugoslavos relações bilaterais de solidariedade e de confiança que desenvolveremos para conseguir compreender sempre melhor o que fazem nos camaradas Iugoslavos e para fazê-los compreender sempre melhor o que nós mesmos fazemos, e dar assim, neste domínio, nossa contribuição à solução do grande problema que consiste em estabelecer novas relações entre todos os setores do movimento operário, que marcham para o socialismo, cada qual por seu próprio caminho.

Saudamos de maneira particular o acordo concluído recentemente entre o Partido Comunista da União Soviética e os dirigentes da Liga dos Comunistas Iugoslavos, por ocasião da recente viagem de Tito a Moscou. Convido os camaradas a ler e estudar o texto deste acordo; pois ele pode representar — parece-me um modelo do que deveriam ser as relações novas que se estabelecem entre os diferentes setores do movimento comunista.

Nesta situação nova, apresentam-se, também, sob nova luz, as relações com o Partido Comunista da União Soviética e com o grande movimento dos comunistas soviéticos. Esta questão foi complicada, em parte, pela intervenção, no curso de seu próprio exame, das revelações contidas no informe apresentado pelo camarada Kruschiov numa sessão reservada do XX Congresso.

AS RELAÇÕES ENTRE OS DIFERENTES PARTIDOS COMUNISTAS E O P.C.U.S.: A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Estas revelações provocaram surpresa e emoção; criaram esta perturbação que conhecemos e assinalamos o início,

em nosso Partido, e creio também noutros partidos comunistas, de um amplo debate ainda aberto. Mesmo posto de lado este fato, a questão da relação entre o movimento comunista de outros países e o Partido Comunista da União Soviética tem-se igualmente colocado.

Era um problema objetivamente maduro, pois a própria situação exigia que estas relações fossem examinadas e colocadas claramente sobre uma base nova. Os fatos que sobre vieram aceleraram sem dúvida, este processo, o impulsionaram no sentido de uma solução melhor e o tornaram evidente às grandes massas de comunistas e trabalhadoras de opinião avançada; e isto é um fato positivo.

Conhecemos como o inimigo e seus serviços tratam esta questão. Tratam-na com a maior vulgaridade e tolice, afirmando que no mundo inteiro os comunistas são, foram sempre, e serão os servidores de Moscou, obedientes às ordens que emanam do Partido Comunista da União Soviética e do Estado dirigido por este Partido. Podemos não nos deter sobre esta maneira de formular o problema, correspondente a uma incapacidade total de compreender o que foi, na história da Europa e do mundo, o desenvolvimento do movimento comunista entre a primeira e a segunda guerra mundial e, em seguida, durante e após a guerra.

Quando na Rússia a classe operária tomou o poder em 1917, ela o conservou em suas mãos, repeliu vitoriosamente os ataques de toda espécie de inimigos, lançou à edificação de uma sociedade socialista e deu, pela primeira vez no mundo, o exemplo real, evidente, de uma sociedade socialista edificada sob a direção de um grande partido comunista. Quando isto aconteceu, as vanguardas da classe operária em todo o mundo não podiam deixar de orientar-se por este grande exemplo e deixar de ver ali um centro de orientação e guia para todo progresso no sentido do socialismo, num mundo ferocemente hostil ao socialismo e totalmente dominado pelo imperialismo. Foi esta orientação que permitiu ao movimento comunista surgir, desenvolver-se, afirmar-se, avançar, dar sua própria contribuição ao desenvolvimento das grandes lutas democráticas e socialistas que marcaram as últimas décadas de anos da história da Europa. Naturalmente, esta contribuição foi tanto maior, tanto mais eficaz e melhor, quanto o movimento comunista, seguindo o exemplo e o guia de que falou, soube manter, fortalecer, desenvolver suas próprias raízes no seio da classe operária e do povo nas condições históricas e dentro das tradições de cada país e tornar-se, portanto, um elemento permanente do desenvolvimento da luta política e da sociedade.

O JUSTO ENSINAMENTO E A FUNÇÃO DE GUIA DO P.C.U.S. NO PERÍODO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO ATÉ O DESENGAHEAMENTO DA GUERRA MUNDIAL E MESMO POSTERIOREMENTE

Não é necessário repetir que durante todo o período histórico que se seguiu à Revolução de Outubro, e até ao desencadeamento da guerra mundial e ainda depois, as posições afirmadas do Partido Comunista da União Soviética, por ele defendidas e defendidas contra toda sorte de inimigos, orientaram corretamente, nas questões essenciais, as vanguardas da classe operária da Europa e do mundo inteiro. De nenhuma outra parte vieram, neste período histórico, ensinamentos e uma direção capazes de orientar justamente as vanguardas da classe operária e as vanguardas democráticas, como as que foram dadas por Lênin, inicialmente, e em seguida pela realização dos bolcheviques russos. De Lênin e da revolução russa o impulso necessário ao rompimento radical com a ideologia e com a prática do reformismo, rompendo indispensável ao estabelecimento de uma sólida base de desenvolvimento do movimento operário e de progresso para o socialismo. Da mesma fonte provieram as inspirações necessárias à criação de partidos operários revolucionários, sem os quais não seria possível uma afirmação progressiva da classe operária como elemento dirigente das grandes massas populares e da vida nacional. E, ainda depois, quando a Europa e todo o mundo atravessaram, durante algumas dezenas de anos, um período de crise profunda, as posições tomadas pelos camaradas que se encontravam à frente do Partido Comunista da União Soviética deram uma justa orientação não somente às vanguardas da classe operária, mas também a todo o movimento democrático e progressista na Europa e no mundo.

Façamos, por exemplo, o exame dos dez anos que decorreram entre 1930 e 1940. Foi uma época de rompimento trágico e quase de desagregação da Europa. Ela devia conduzir, de um lado, à destruição das liberdades democráticas na maior parte do continente europeu, fora da União Soviética, e de outro lado ao desencadeamento da segunda guerra mundial. O fascismo governava, estava no poder na Itália, desde 1922. Tomou o poder na Alemanha. Dominava em todos os países balcânicos. Um regime de tipo fascista existia na Polónia. O fascismo desencadeou uma guerra civil e uma guerra no verdadeiro sentido da palavra, a fim de conseguir a destruição do regime democrático e republicano na Espanha. Chegou a conquistar, por meio de intimidações e das armas, a Áustria e a Tchecoslováquia. Nos países chamados de democracia ocidental a tendência que dominava no seio da classe dirigente era a do compromisso com o fascismo, a de se pôr de acordo com os hitleristas e os fascistas para liquidar, de um ou outro modo, todas as conquistas democráticas obtidas pelo povo, e a de instaurar regimes de ditadura aberta das classes mais reacionárias. É neste período que se colocam as ações justas e eficazes da União Soviética e do Partido que a dirigia, para inspirar e guiar não somente a classe operária, mas todas as forças democráticas e os povos da Europa à defesa consequente da democracia, a se unirem para conseguir derrotar o fascismo e afastar o perigo de uma nova guerra mundial. Esta foi uma luta obstinada, longa, paciente, que os dirigentes soviéticos conduziram a fim de conseguir que prevalecesse a linha de colaboração das forças democráticas, que poderia ter salvo o mundo dos horrores da segunda guerra mundial.

(No próximo número publicaremos a conclusão deste informe de Togliatti).

Voz dos leitores

CONQUISTARAM AUMENTO DE SALÁRIOS OS OPERÁRIOS DA VALE DO RIO DOCE

Do correspondente da VOZ na Estação de Ferro Vitória a Minas, na Companhia Vale do Rio Doce S.A., recebemos:

"Há tempos que os operários desta empresa vêm lutando por suas reivindicações, particularmente pelo reajustamento dos salários. Agora, uma grande vitória foi conquistada pelos trabalhadores: o aumento geral dos salários, na base de Cr\$ 1.800,00. Para conquistar este aumento, a diretoria do sindicato enviou uma comissão ao Rio, para falar com o presidente da República e com a direção da Cia. Vale do Rio Doce. O acordo conseguido foi o seguinte: a Cia. passou a pagar, a partir de 1º de agosto, a tabela apresentada pelo sindicato, sendo a diferença entre esta tabela e a da Cia. paga na forma de abono até dezembro de 1956. Nessa data, passará a pagar a tabela do sindicato, totalmente. Os padrões 6, 7, 8, 9 e 10 estão recebendo,

respectivamente, 3.800, 4.300, 4.800, e 5.800 cruzeiros, e assim por diante.

DESCONTEENTAMENTO

Por outro lado, provoca descontentamento entre os ferroviários uma medida tomada pela chefia, estabelecendo que o percurso até Governador Valadares seja feito em 10 horas e 41 minutos e responsabilizando os maquinistas pelos atrasos, geralmente causados por tombamentos ou descarrilamentos e pelos quais não se pode culpar os maquinistas.

Outra razão de descontentamento entre os trabalhadores residentes em Póto Velho, é que está sendo dinamitada uma pedreira, com tiros sem abafoamento. Telhados de casas dos operários têm sido atingidos e as explosões ameaçam mesmo provocar mortes, pois as residências estão apenas a cem metros, mais acima."

CORTADORES DE CANA DE CAMPOS EXIGEM O NOVO SALÁRIO - MÍNIMO

Há dias, 36 trabalhadores diaristas da fazenda Cantagalo pertencente ao sr. Marinho Cajun, conversavam durante o corte da cana sobre o pagamento do novo salário-mínimo. Comentavam que o fazendeiro havia dito que só pagaria Cr\$ 85,00 por dia, e não Cr\$ 116,68, como determina o decreto, quando surgiu o filho do sr. Marinho, de nome Vicente. Este logo interpelou grosseiramente um dos trabalhadores, desacatou-o e ameaçou despedi-lo se ele continuasse a falar em salário-mínimo.

Nesse momento outro trabalhador apartou Vicente, que é também o administrador da fazenda, e disse-lhe que ali todos estavam falando do novo salário-mínimo, que não

adiantava bravatas e que eles só aceitariam o salário estabelecido pela lei, que é de Cr\$ 116,68. Diante da firmeza e da unidade de todos os trabalhadores, Vicente retirou-se bufando, declarando que só pagaria se fosse obrigado.

Os trabalhadores responderam dizendo que ele teria que pagar por bem ou por mal. Antes, quando o salário era de Cr\$ 70,00, o sr. Marinho só pagava Cr\$ 50,00 e está mal acostumado. Mas agora os trabalhadores estão dispostos a lutarem unidos por seu direito e, no mesmo dia, foram

ao seu sindicato para tomar as primeiras providências cabíveis.

(Do Correspondente da VOZ em Campos, Est. do Rio).



HOMENAGEADOS OS LÍDERES SINDICAIS DA PARAÍBA

"Realizou-se em João Pessoa recentemente, uma homenagem aos líderes sindicais do Estado e ao presidente da seção do PTB daquela Capital, sr. Ermano Sá, em regozijo pela aplicação dos novos níveis de salário-mínimo. Aos homenageados foi oferecido um churrasco no Parque Arruda Câmara, tendo usado da palavra, entre outros, o sr. Ermano Sá, o sr. José Izidro, presidente do PST, os vereadores Luiz Bernardo da Silva e João Cabral Batista, e os srs. José Gomes da Silva e Luiz Aureliano."

(Do Correspondente da VOZ em João Pessoa, Pb.)

CARTA DE UMA CAMPONESA DA COLÔNIA DE BOCAJÁ

DA sra. Enedina Monteiro, camponesa da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em Bocajá (Mato Grosso), recebemos a carta que resumimos a seguir:

"Nós, mães camponesas, estamos cansadas já de ver nossos maridos e nossos filhos em tamanha miséria. Só se vê família indo e vindo, sem ter um lugar onde trabalhar, pois apesar de nosso país ter tanta terra fértil, os latifundiários é que são donos.

Eu mesma, que sou mãe de dez filhos criados no maior sacrifício, só tenho agora canseira e doença. Remédios não podemos comprar, por causa dos preços caríssimos, e muito menos consultas a médicos. Os gêneros alimentícios estão pela hora da morte, não tomamos mais café e nem comemos carne. O açúcar custa Cr\$ 15,00 o quilo, a banha Cr\$ 60,00, o café Cr\$ 60,00, o sal Cr\$ 9,00, o querosene Cr\$ 10,00, o litro e assim por diante.

Este ano quase não tivemos colheita. Primeiro veio a seca, e depois a chuva, arrasando tudo. O que restou, a geada certamente vai matar.

Entretanto, acho que para a gente conseguir melhorar a vida não adianta ficar mudando de lugar e nem se lastimando. Precisamos é nos reunir, todos os trabalhadores do campo, nos sindicatos e associações rurais e lutarmos juntos por nossos direitos e reivindicações.

POSTA RESTANTE

SAO JOAO DE CAIUA - Desta cidade paraense recebemos uma carta da sra. Josefina Molet, que deixamos de publicar por estar fora do gênero e da orientação de nosso jornal. Agradecemos a remeteu seu desejo de colaboração.



MEEIROS DEVEM EXIGIR CONTRATO POR ESCRITO

Do sr. Nazareno Ciavatta, de Ribeirão Preto (S. P.), recebemos:

"Os meeiros, parceiros, terceiros e arrendatários de terras devem exigir contratos e não se deixar enganar pelos fazendeiros, com promessas de que seu dia isso e mais aquilo. Os colonos têm contrato e os camoradas sabem quanto ganham por dia, mas os meeiros só sabem no fim da colheita, quando vêem que o fazendeiro falou isto e não cumpriu, disse aquilo e depois não fez.

Os meeiros devem se juntar na fazenda e exigir um contrato por escrito mesmo que ele seja ruim, porque é melhor um trato ruim escrito do que um bom feito de boca. Meeiro sem contrato é a mesma coisa que um camorada que trabalha e não sabe quanto ganha por dia; no fim do mês, o fazendeiro paga quanto quiser.

Vou mostrar o que aconteceu ao meeiro Henrique Gonçalves, da fazenda Figueira, aqui em Ribeirão Preto. Ele não tem contrato e a fazenda obriga a trabalhar empilhando café de empreitada, a 20 cruzeiros por dia, quando um camorada ganha 40. O meeiro vendeu 130 arrôbas de algodão por 145 cruzeiros a arrôba, quando o preço era de Cr\$ 162,00, e perdeu assim Cr\$ 2.210,00.

Se ele tivesse um contrato, isso não aconteceria.



Aspecto de uma das concentrações dos têxteis baianos em luta pelo pagamento do novo salário-mínimo.

TRABALHADORES BAIANOS CONQUISTAM NA LUTA O NOVO SALÁRIO-MÍNIMO

Durante o mês de agosto, os trabalhadores baianos empenharam-se em lutas vigorosas a fim de assegurar o pagamento do novo salário-mínimo de Cr\$ 2.700,00, contra as despedidas em massa e pela contenção dos preços. A frente destas lutas colocaram-se os têxteis.

Antes do primeiro pagamento já aumentara a indignação nas empresas têxteis devido as despedidas em massa. Na fábrica Paraguaçu foram demitidas, de uma vez 56 operárias, sem identificação. Ante a greve de protesto ali desencadeada, os patrões tiveram que recuar. Greve semelhante ocorreu na fábrica São Braz, também vitoriosa.

Como não foi pago o novo salário no dia 4 (as operárias recebem por semana), uma grande assembleia no sindicato deliberou marcar um prazo até o dia 11, quando seria paralisado o trabalho se não fossem pagos os 2.700 cruzeiros. A unidade e decisão dos têxteis provocaram o desespero dos patrões, que mobilizaram a polícia para ameaçar e intimidar os trabalhadores e ordenar a prisão do presidente do sindicato, sr. Pedro Alves da Costa. Os operários não se intimidaram, entretanto, o que forçou os patrões a cumprir a lei.

Um exemplo da combatividade dos têxteis verificou-se no dia 13, quando as operárias da Boa Viagem e de outras fábricas declararam-se em greve, afirmando que só voltariam ao trabalho quando o presidente do sindicato viesse pessoalmente dar-lhes a ordem.

A exemplo dos têxteis, outros setores recorreram à luta para impor seus direitos. Os trabalhadores em curtumes e os de empresas menores (serraria Massaranduba, Camas Patente, Chocolate Bhering, etc.) conquistaram na luta o pagamento do novo salário.

Os trabalhadores em padarias, igualmente, entraram em greve no dia 27, ante a intransigência dos patrões em reajustar os salários e assinar a convenção coletiva de trabalho. Com a interferência do governador Antônio Balbino, chegou-se a um acordo e, vitoriosos, os operários voltaram ao trabalho no dia 29.

(Reportagem do correspondente da VOZ OPERÁRIA em Salvador.)

FALECIMENTO

Faleceu no dia 31 de agosto p. passado, em sua residência na Ilha do Governador (D. F.), o operário Luiz Bento, vítima de insidiosa moléstia. O extinto era natural de Angra dos Reis (Est. do Rio), onde contava com muitos parentes e amigos.

Luiz Bento trabalhava na Companhia Nacional de Construção Civil e Hidráulica e foi membro dos sindicatos de Estivadores de Angra dos Reis e da Construção Civil do Rio de Janeiro. O falecido, que foi sepultado no cemitério do Cacua, deixa viúva e cinco filhos menores.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydamo do Couto
Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 100,00

Semestral . . . Cr\$ 50,00

Trimestral . . . Cr\$ 25,00

Núm. avulso. Cr\$ 1,50

Núm. atrasado Cr\$ 2,00

Aérea ou sob registro, despesas a parte

Preço no Rio Grande do Sul, Sta. Catarina e Paraná, Cr\$ 2,00

SUCURSAIS:

SAO PAULO - rua dos Estudantes n° 84 s/ 29

2º and. - Tel. 37.4983

PORTO ALEGRE - Rua dos Andradas, 1.646

s/ 74, 7º and.

NÃO RECEBEM O SALÁRIO-MÍNIMO OS CORTADORES DE CANA

AS USINAS de Santa Bárbara do Oeste (S. Paulo) não pagam o salário-mínimo aos cortadores de cana. O salário pago é tão baixo que, quando estava em vigor, na região, o salário-mínimo de Cr\$ 1.800,00 nem este os cortadores alcançavam, mal conseguindo fazer cerca de Cr\$ 1.200,00 por mês. Os preços da cana cortada eram os seguintes: Cr\$ 29,00 por carro de cana queimada e

Cr\$ 32,00 por carro de cana sem queimar. Atualmente os cortadores não ganham o bastante para fazer o mínimo a que a lei lhes dá direito. Cada carro de cana cortada tem 100 feixes. Cada feixe deve ter 14 canas novas

(1º corte), 16 de soqueira (2º corte) e 22 de ressoca (3º corte). Um trabalhador corta, em média, 40 carros por mês. Isso quer dizer que o preço do carro deve ser, atualmente, Cr\$ 80,00 em média, para que o cortador ganhe o salário-mínimo que é, hoje, Cr\$ 3.200,00 em Santa Bárbara do Oeste.

Os usineiros empregam vários métodos para reduzir ainda mais o ganho dos trabalhadores. Por exemplo: em cada carro de cana descontam Cr\$ 1,00 — que fica "em depósito", para ser pago no término da safra. Se o trabalhador sair da usina antes do fim da safra, perde o dinheiro. E, quando esta época se aproxima, os usineiros começam a perseguir os cortadores, com o fim de forçá-los a sair ou despedi-los, ficando com o seu dinheiro.

Outra forma de exploração é a manobra com a diferença de preço do corte da cana queimada e sem queimar. A cana sem queimar é paga a Cr\$ 3,00 mais caro que a queimada, cujo corte rende mais. A queima se faz cerca de 10 ou 11 horas, quando o canavial está seco e aquecido pelo sol. Mas toda a cana cortada antes da queima é paga como se fosse queimada. Além disso, para amarrar os feixes da cana queimada os cortadores são obrigados a ir buscar "pontas" muito longe, o que diminui a produção. A usina não fornece "pontas" no local do corte.

PAGAMENTO EM VALES

Os trabalhadores que não conseguem fazer dois carros por dia são enviados a cortar cana ruim, com palha, ganhando um salário baixíssimo. Os usineiros exploram os trabalhadores também por intermédio dos turmeiros, aos quais, além de um salário mais alto, pagam Cr\$ 3,00 por cada carro de cana cortada.

Um turmeiro que tem uma turma de 240 homens ganha, somente com esta bonificação, perto de 29 mil cruzeiros por mês.

As usinas empregam muito pouco apontadores. As vezes há um só apontador para 800 ou 1.000 cortadores, e estes perdem muito tempo de serviço, o que lhes causa prejuízo, pois ganham por produção.

O pagamento em dinheiro é feito uma vez por mês. No correr do mês o fornecimento é em vales, que só vigoram nos armazéns dos srs. Benedito Costa, Inácio Leme, Maximino Bacchini e Irmãos Paem que vendem mercadorias de segunda e terceira, por preços mais caros. Quando nos armazéns não existe uma mercadoria procurada pelo trabalhador o comerciante adianta o dinheiro, descontando 10%.

O assalariado agrícola levanta-se às 4 da manhã para trabalhar, trabalha 12 horas por dia, ganha um salário baixíssimo que ainda é reduzido pelos "erros" nas contas, os descontos nos vales e os altos preços das mercadorias.



As Páginas de Campo Nos Jornais Populares

Um CLARO testemunho do quanto é ainda insuficiente, entre nós, a atenção dedicada aos camponeses e trabalhadores rurais — a suas reivindicações, a sua organização e suas lutas, a seu papel no movimento democrático geral do nosso povo, à importância da aliança operário-camponesa — é dado por alguns órgãos da imprensa popular, em certas regiões do país. Há jornais que nem mesmo acompanham ou refletem, e muito menos contribuem para os esforços feitos pela vanguarda da classe operária no sentido deaju-

dar os lavradores e assalariados agrícolas a se organizarem e a defenderem suas reivindicações e direitos.

É verdade que, nos últimos meses, a imprensa popular, em seu conjunto, tem avançado, nesse terreno. Alguns de seus órgãos, nos Estados, passaram a preocupar-se com o campo e suas colunas refletem, em boa parte, as reivindicações e os movimentos dos camponeses e trabalhadores rurais. Entre esses destaca-se «Notícias de Hoje», que vem mantendo uma página — regularmente publicada às sextas-feiras — dedicada aos lavradores, assalariados e colonos paulistas. «Notícias de Hoje» tem sabido concentrar sua atenção nos trabalhadores agrícolas e colonos, o que é perfeitamente justo, se bem que isso não deva importar — como, em parte, vem ocorrendo — na substituição do campesinato, especialmente de suas camadas pobres e médias. O inimigo, no campo, é o latifúndio. Defendemos, em primeiro lugar, os interesses e as reivindicações dos trabalhadores rurais e dos camponeses pobres, que constituem as massas fundamentais e o principal ponto de apoio da classe operária, mas não podemos esquecer os interesses e as reivindicações progressistas do campesinato médio e rico, também oprimido e que se choca com os latifundiários. Não somente por isso seria injusto esquecer-lo: isso importaria em deixá-lo à mercê dos monopolistas da terra, que tudo fazem para atraí-lo e colocá-lo sob sua inteira influência.

«A Tribuna», de Porto Alegre, publica, diariamente, uma seção (mais ou menos um quarto de página) dedicada ao campo. «A Tribuna do Povo», de Curitiba, dedica aos camponeses uma página em cada edição (semanal). Há seções semelhantes em outros jornais, como na «Folha

Capixaba», de Vitória. Isso é, sem dúvida, um passo à frente. Trata-se, no caso, de melhorar as seções. Não se justifica, por exemplo, que, deixando de lado os problemas concretos de centenas de milhares de camponeses e trabalhadores rurais gaúchos, a seção de campo de «A Tribuna» se limite, como faz nas edições de 2 a 7 e de 12 a 19 de agosto, quase somente a transcrever matérias «gerais» ou de jornais de outros Estados. Não muito diferente é o que ocorre com a «Tribuna do Povo». Sua página de campo de 5 de agosto é praticamente constituída de transcrições e muitas transcrições se fazem, desnecessariamente, nas páginas de 12, 19 e 26 de agosto, embora, atualmente, no norte do Paraná, dezenas e dezenas de milhares de colonos estejam lutando e organizando-se, precisando, portanto, de que se levantem corajosamente suas reivindicações, se estimule sua organização e suas lutas, se lhes ajude a enfrentar a reação, muitas vezes brutal dos latifundiários, contra seu Direito, assegurado em lei, à organização sindical.

Mas, o que absolutamente não se justifica, nem se explica, é a ausência de seções dedicadas ao campo em jornais estaduais tão importantes, como, por exemplo, a «Folha do Povo», de Recife, o «Jornal do Povo», de Belo Horizonte, ou «O Momento», da Salvador. «O Momento» chegou a dedicar, por algum tempo, uma página semanal aos camponeses e trabalhadores rurais, tendo-a suprimido. Todos os jornais populares estão de acordo em que podem e devem defender as reivindicações e os direitos dos camponeses e assalariados agrícolas, podem e devem ajudá-los a organizar-se e a lutar. Por que nem todos o fazem?

REALIZOU-SE, nos dias 25-26 de agosto, na cidade de Itabuna (Bahia), a II Conferência Sul-Bahiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, com a participação de assalariados e lavradores do cacau. A Conferência discutiu um temário amplamente divulgado, no qual se incluíram os problemas dos trabalhadores das fazendas e dos fazendeiros — desde o salário-mínimo até a conquista de novos mercados para o principal produto da economia bahiana. Vinte dias antes do conclave realizou-se, na União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus uma mesa-redonda, na qual foi sugerida a ampliação do temário da Conferência, incluindo-se problemas da região cacauzeira como o do porto de Ilhéus e o da Estrada de Ferro Ilhéus-Couquiza, que serve muito mal ao escoamento do cacau. NAS FOTOS dois aspectos da Conferência, que foi coroada de êxito.

O M. DO TRABALHO RECONHECERÁ OS SINDICATOS RURAIS

O MINISTÉRIO do Trabalho reconhecerá todos os sindicatos de trabalhadores rurais que a ele se digirem, nos termos da lei, requerendo registro. Esta declaração foi feita pelo ministro Parsifal Barroso, em entrevista com dirigentes sindicais paulistas, na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo.

Respondendo a uma interpelação dos líderes sindicais e dirigentes da ULTAB, acentuou o sr. Parsifal Barroso que permanece em vigor o que dispõe o decreto-lei 7.038, pelo qual se regula a sindicalização rural e que estabelece as normas para reconhecimento dos sindicatos. Nestas condições, despachará favoravelmente os pedidos de reconhecimento. Informou, ainda, o ministro, que tomará medidas no sentido de que todas as Delegacias Regionais e Divisões do Trabalho auxiliem os trabalhadores rurais a regularizarem a situação de seus sindicatos, de acordo com as normas legais. Estas normas, estabelecidas pelo decreto-lei 7.038 e portaria 14 do MTIC, devem ser rigorosamente obedecidas na organização dos sindicatos.





GUIA DO CORRESPONDENTE NAS USINAS DE AÇÚCAR

OS ASSALARIADOS da lavoura da cana de açúcar constituem no país, um dos mais importantes contingentes de trabalhadores rurais. Não somente por seu grande número, como porque, em geral, estão concentrados em poucos municípios ou regiões, o que facilita, em grau considerável, sua organização e suas lutas. Tendo em conta isso, bem como a bruta exploração de que são vítimas, os jornais da imprensa popular devem dedicar-lhes especial atenção. VOZ OPERÁRIA, que dedica, em todas as suas edições, pelo menos uma página aos problemas e reivindicações específicas dos camponeses e trabalhadores rurais, deve e precisa manter um contato mais estreito com os assalariados da cana de açúcar. Isso, porém, só pode ser alcançado quando contarmos com uma série de correspondentes nas principais usinas do país.

O CORRESPONDENTE E A CORRESPONDÊNCIA

QUEM pode ser considerado o fornecedor de gêneros no armazém da usina? Quais as reivindicações essenciais dos trabalhadores? Estão os trabalhadores da lavoura organizados? Há sindicato rural no município? Há comissões na usina? Como funcionam? Os trabalhadores estão lutando por suas reivindicações? Como se processam as lutas?

Quem pode ser considerado o fornecedor de gêneros no armazém da usina? Quais as reivindicações essenciais dos trabalhadores? Estão os trabalhadores da lavoura organizados? Há sindicato rural no município? Há comissões na usina? Como funcionam? Os trabalhadores estão lutando por suas reivindicações? Como se processam as lutas?



AS LUTAS E A ORGANIZAÇÃO

A CORRESPONDÊNCIA deve informar, também, se são respeitados outros direitos garantidos, por lei, aos trabalhadores rurais, como férias, aviso-prévio, repouso semanal remunerado, assinatura das carteiras, etc. Deve, ainda, dizer se há assistência social na usina, para os assalariados e suas famílias (assistência médica, dentária, hospitalar, etc.).

Outra questão essencial é a que diz respeito à organização e às lutas dos trabalhadores. A correspondência deve dizer quais as lutas em que já se empenharam ou estão empenhados os trabalhadores. Quais as reivindicações? Como se desenvolve a luta? Quem está à frente dela? Há sindicato rural no município? Quantos associados tem? Tem vida ativa, reúne-se, faz assembleias, etc., para discutir as reivindicações? Qual a posição do usineiro em frente ao sindicato? Que pretende fazer o sindicato para a conquista das reivindicações dos trabalhadores?

É igualmente importante informar sobre as experiências das lutas e da organização: como se fundou o sindicato? como funciona a sede? como se organizou esta ou aquela luta? É preciso não perder de vista que uma experiência positiva, divulgada em jornal nacional como a VOZ, pode ajudar os trabalhadores rurais em qualquer região do país.

Também não deve ser esquecida a solidariedade prestada pelos operários da usina e pelos demais operários de outros setores (das cidades) às lutas dos trabalhadores da lavoura. A ajuda dos operários da indústria às lutas e à organização dos trabalhadores rurais é, atualmente, no país, a principal forma da aliança operário-camponesa. Todos os fatos, todas as experiências relacionadas com isso devem ser divulgadas, pois ajudam aqueles que desejam organizar-se e lutar.

A Questão do Salário-Mínimo

UMA QUESTÃO importantíssima, para os assalariados da lavoura canavieira, é a do salário-mínimo. Como se sabe, os trabalhadores rurais têm direito ao salário-mínimo. Os usineiros, porém, geralmente põem em prática vários recursos para burlar a lei. Uma correspondência de usina deve esclarecer completamente essa questão. Eis alguns aspectos que nossos correspondentes devem levar em conta:

• Como é pago o salário dos cortadores de cana? Há usinas que pagam por tonelada de cana cortada. Nesse caso, em geral o trabalhador não consegue cortar, por dia, uma quantidade que corresponda ao salário-mínimo diário, porque o preço da tonelada é muito baixo. Há usinas que pagam por carro e também nesse caso o cortador não consegue fazer, por dia, o salário-mínimo, porque o preço do carro é muito baixo. Vejam o exemplo de usinas como a Santa Bárbara do Oeste (São Paulo) em reportagem que publicamos nesta mesma edição. A correspondência deve esclarecer este ponto: qual deve ser o preço da tonelada, do carro, etc., para que o cortador faça, por dia, o salário-mínimo?

• Outra questão: em geral os usineiros utilizam processos como o roubo no péso (balanças viciadas), no apontamento, etc., para sonegar o salário do trabalhador, que acaba recebendo menos do que ganhou. A correspondência deve esclarecer se há roubo na pesagem da cana cortada, no apontamento, etc. É necessário dizer, também, se são feitos descontos: fornecimento de lenha, aluguel de casa (quanto e como?), fornecimento de luz, etc.

• Os preços no armazém da usina são mais caros? Quais são os preços dos principais gêneros? Quando falta algum gênero ou artigo no armazém da usina ou no fornecedor, este adianta o dinheiro para o trabalhador comprar fora? Se adianta, desconta alguma coisa? Quanto?

• Como são feitas as empreitadas? O empreiteiro paga o salário-mínimo? A usina utiliza trabalhadores agulhos (às vezes chamados pontos-extra) aos quais não paga salário-mínimo nem reconhece qualquer direito? O correspondente deve esclarecer como são explorados os que trabalham por empreitada.



Que deve dizer uma correspondência? Em uma correspondência sobre usina de açúcar, o correspondente deve responder, pelo menos, às seguintes perguntas:

* Quantos trabalhadores agrícolas há na usina? Quantos permanentes e quantos provisórios? (Pode dar os números aproximados, se não os souber exatos).

* Qual a sua situação material? Recebem o salário-mínimo? Recebem em dinheiro ou em vales? Há descontos nos salários? Quais e como são feitos? A usina fornece casas? Como são as casas? como é

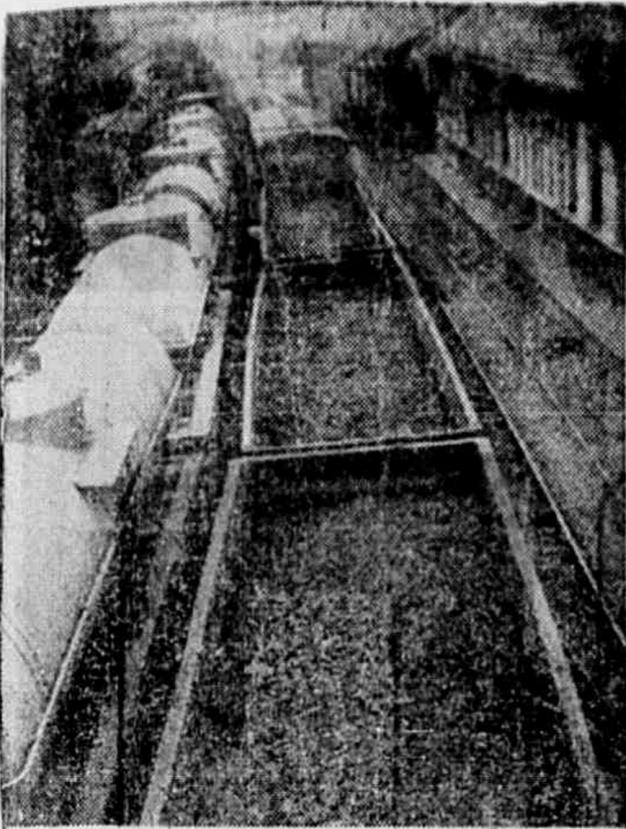
REGULARIDADE DA CORRESPONDÊNCIA

FALAMOS, acima, apenas de alguns problemas mais importantes, que devem ser abordados por um correspondente de usina de açúcar. Há, porém, inúmeros outros, que a correspondência deve abordar. Em resumo: interessa à redação da VOZ tudo que interessa aos assalariados da lavoura canavieira: tudo que se relacione com suas condições de vida, suas reivindicações, sua organização, suas lutas.

Assinala-se, ainda, que o correspondente não está no dever de falar de tudo quanto há na usina em todas as correspondências. Não. Ao lado das reportagens maiores, ele deve informar, regularmente, sobre coisas menores: um acidente, uma despedida injusta, a perseguição a um trabalhador, a situação do fornecimento de gêneros, da assistência médica, etc. qualquer problema, enfim, que interesse, em determinado momento, aos trabalhadores da lavoura ou de um setor, ou mesmo a um só trabalhador.

O correspondente deve, igualmente, ajudar o distribuidor ou distribuidores do jornal, de modo a que o maior número de trabalhadores leia as matérias de seu interesse que forem publicadas, assim como deve estimular os leitores a que escrevam para o jornal. A publicação de cartas e correspondências é um meio provado, por muitos anos de experiência, de ligação da imprensa operária com os trabalhadores.





Transformar cada vez mais as ferrovias em estradas de minérios é o principal objetivo do plano lanque encampado pelo governo. Na foto: transporte de minérios em Lafaiette (Minas Gerais).

Combatem os Ferroviários o Plano Lanque das "Empresas Mistas"

Levantam-se os ferroviários de todo o país contra o propósito do governo de transformar em empresas mistas as estradas de ferro autárquicas. O plano desta transformação é um plano norte-americano, sugerido pela chamada Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e formulado recentemente como exigência dos círculos financeiros de Washington, quando da concessão do empréstimo de 151 milhões de dólares ao sr. Juscelino Kubitschek pelo Banco de Exportação-Importação.

POR QUE A PREOCUPAÇÃO LANQUE COM AS HOSSAS FERROVIAS?

Já é por si mesmo altamente suspeito este interesse (e insistência) dos círculos governamentais e financeiros norte-americanos na transformação de nossas principais ferrovias em empresas mistas (capitais do governo e capitais particulares). A alegação é a de que as estradas de ferro administradas pela União produzem um alto déficit, que se reflete no desequilíbrio orçamentário e estimula a inflação.

Mas, por que passando a empresas mistas as ferrovias ora em mãos do governo deixariam de ser deficitárias? Não poderiam deixar de ser deficitárias também sob a forma de autarquia, como atualmente?

É claro que o plano americano, encampado pelo governo, não pensa em como eliminar os déficits de nossas principais estradas de ferro. Se assim fosse, o que estaria em discussão eram medidas práticas no sentido de assegurar maior rentabilidade às atuais autarquias e não a sua transformação em empresas particulares, das quais o governo participará apenas como acionista. Não é isto o que pretendem os americanos. O que desejam é abrir caminho para um controle ulterior de nossas ferrovias por empresas e grupos lanques.

ESTRADAS DE MINÉRIOS

De fato, todos os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de onde saiu o

plano para a transformação das ferrovias da União em empresas mistas têm o claro objetivo de colocá-las, fundamentalmente, a serviço do transporte de minérios para os portos de onde são carreados para os Estados Unidos. O problema do transporte de outras mercadorias nacionais, particularmente da produção agrícola, quase não foi encarado nos planos ferroviários da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Todas as melhorias indicadas são no sentido da extensão das linhas e aumento dos vagões que servem às zonas mineiras.

Evidentemente, estradas de ferro federais não podem se subordinar totalmente a este plano. De bom ou mau grado, o governo se vê constrangido a atender aos reclamos da agricultura, do comércio e da indústria, pondo-lhes a disposição linhas e vagões para o transporte da produção não mineral. Entretanto, a empresas particulares é muito mais fácil dedicar maior atenção ao transporte de minérios, reduzir as cargas de outros produtos e aumentar-lhes desproporcionalmente os fretes, para compensar os baixos fretes pagos pelos minérios. Daí o entusiasmo dos grupos financeiros norte-americanos pelo plano de transformação das ferrovias da União em empresas mistas.

Além do caráter antinacional deste propósito, o projeto sobre ferrovias inclui sérias ameaças a direitos adquiridos dos ferroviários. Os trabalhadores da Central do Brasil, da Leopoldina, da Leste Brasileiro, etc., passarão ao regime das empresas particulares, perdendo várias conquistas

de que atualmente os frutam.

Por isso, já no Congresso Ferroviário Nacional, realizado em Campinas, os trabalhadores levantaram-se energicamente contra a tentativa de transformação das ferrovias em empresas mistas. Agora, que esta ameaça se torna maior, com a votação no Parlamento do projeto que autoriza tal medida, estão sendo realizadas diversas reuniões de trabalhadores para combatê-lo. Vários sindicatos já se manifestaram, dispondo-se mesmo a entrar em greve, se for necessário, para que não se transforme em lei o projeto inspirado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

CONFERÊNCIA DOS METALÚRGICOS

A Comissão Executiva Permanente do Congresso Nacional dos Metalúrgicos resolveu convocar para setembro do próximo ano uma conferência nacional da grande corporação. A Conferência deverá realizar-se ou em Porto Alegre, ou em Lafayette (Minas Gerais). O local será escolhido, em caráter definitivo, em próxima reunião.

Desde já serão tomadas as providências imediatas para que os trabalhadores metalúrgicos possam, amplamente, discutir seus problemas e reivindicações, fortalecer seus sindicatos e conselhos sindicais de empresas, bem como desenvolver suas campanhas reivindicatórias no curso da preparação da Conferência.

INTERVENÇÃO DOS TRABALHADORES PARA UMA JUSTA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A ORIENTAÇÃO TRAÇADA PELA COMISSÃO TRIPARTITE E JÁ ENCAMINHADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NÃO CORRESPONDE AOS INTERESSES BÁSICOS DOS ASSOCIADOS — ALGUMAS QUESTÕES IMPORTANTES

O sr. Juscelino Kubitschek ainda não se pronunciou sobre as diretrizes de reforma da previdência social que lhe foram encaminhadas pelo Ministério do Trabalho, à base das conclusões a que chegou uma comissão nomeada para estudar o assunto.

Apesar de constituída de representantes do Ministério do Trabalho, dos empregados e dos empregadores, a Comissão rejeitou as principais reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. A orientação formulada pela Comissão triplice não satisfaz, isso, aos justos reclamos dos segurados no sentido de dar eficiência à administração da Previdência Social e democratizá-la.

OS DOIS PRINCIPAIS DEFEITOS

Em nota anterior já destacamos alguns inconvenientes das propostas encaminhadas pelo Ministério do Trabalho à presidência da República. Os principais são:

- 1 — aumento da burocracia na direção da previdência social. São criados quatro órgãos de direção: Conselho de Administração dos Institutos, Conselho Fiscal, Conselho Superior da Previdência. Não há necessidade de dois órgãos superiores, o Conselho Superior e o Departamento Nacional.

- 2 — manutenção dos Institutos sob controle total do governo. Em todos os órgãos de administração a maioria dos membros (inclusive o presidente dos Conselhos de Administração) é constituída por funcionários de nomeação exclusiva do governo, de modo que os contribuintes não poderão intervir praticamente, na gestão da previdência social. Prevalecerão,

sempre, as determinações governamentais.

A DÍVIDA DO GOVERNO COM A PREVIDÊNCIA

Além desses aspectos básicos, há vários outros que têm o mesmo caráter negativo. Um deles se refere à participação do governo no custeio da Previdência Social. Pretende o Ministério do Trabalho uma fórmula que reduza a quota que a União deve pagar à Previdência Social e o congelamento do débito atual do governo com os Institutos.

Ora, esta dívida orça, atualmente, em mais de 33 bilhões de cruzeiros. O seu congelamento defraudará a Previdência de um vultoso ativo. O que o governo deve fazer é estudar uma forma prática de amortização desta dívida.

O PROBLEMA DOS SERVIÇOS MÉDICOS

Outra importante questão é a assistência médica da Previdência Social. Como se sabe, à época do governo Café Filho foi criado o SAMPS, com o objetivo de fundir os serviços médicos das autarquias num serviço único. Mas, o resultado imediato desta medida foi uma desorganização maior, já que os serviços melhor organizados passaram a trabalhar com uma sobrecarga, enquanto os mais deficientes não apresentaram qualquer melhora. O Ministério do Trabalho cogita manter o SAMPS, dando-lhe uma organização semelhante à da atual Fundação da Casa Popular.

O problema é complexo. De um lado, é evidente que a orientação que se deu ao SAMPS foi prejudicial aos



segurados dos Institutos e Caixas; de outro lado é também certo que o sistema de dispersão dos serviços médicos dificulta um melhor aproveitamento dos recursos da previdência empregados neste setor. Por exemplo: em regiões como a do Triângulo Mineiro, o IAPTEC mantém postos de serviço médico, dada a maior concentração de rodoviários; entretanto, o IAPI, o IAPC e outros quase não os possui, pois é pequeno o número de segurados. Se, ali, o IAPI, o IAPC e outros institutos cooperassem com o IAPTEC para manutenção e ampliação dos serviços médicos que este mantém, poder-se-ia dar melhor assistência a todos os segurados da Previdência, na região.

Justamente por isso os trabalhadores sugerem que se realize uma unificação progressiva dos serviços médicos (e outros), partindo das unificações regionais, através de um Conselho de Administração da Previdência a ser criada em cada zona. Assim, seria possível estabelecer, em cada região qual o serviço já existente que se constituiria em base dos serviços médicos da Previdência. No Distrito Federal este serviço poderia ser, talvez, o SAMDU, que teria todas as condições para se desenvolver amplamente se contasse com o auxílio necessário de todos os Institutos.

O problema da justa coordenação dos serviços médicos dos Institutos é da maior importância para o melhoramento da Previdência Social. Mas a forma por que foi constituído o SAMPS mostrou-se inadequada.

Esses e outros problemas serão mais detidamente estudados pelos trabalhadores a fim de apresentarem ao governo propostas concretas para uma justa reforma da previdência social.

Conquistam Reajustamento de Salários os Têxteis e Vidreiros Paulistas

AUMENTO de 20% nos salários (teto de Cr\$ 1.000,000) a partir de 1.º de agosto, beneficiando a todas as categorias e não condicionado à assiduidade integral, tais são as bases do acordo salarial recém-firmado entre os industriais e os trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem, da capital e do interior de São Paulo. Esta é uma significativa vitória dos têxteis paulistas que, lutando no sindicato e nas empresas, conquistaram a revisão do acordo, em vigor antes do prazo. O acordo expiraria a 31 de outubro próximo.

Nas mesmas bases foi feito um novo acordo salarial com os vidreiros, a vigorar a partir de 1.º de setembro, e com os mestres e contra-mestres da tecelagem. Quanto a estes, o aumento é de 20%, mas o teto é, respectivamente, de Cr\$ 1.500,00 e Cr\$ 1.250,00.

As demais categorias do proletariado paulista continuam empenhadas em conquistar reajustamento dos salários.

PREPARA-SE O NOVO PROJETO DOS TRABALHADORES RURAIS

DEZ DIAS depois de constituída, a comissão interpartidária encarregada de apresentar, à Câmara, no prazo de 30 dias, um projeto de extensão ao campo do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, reuniu-se e escolheu um relator. Foi escolhido o deputado Lourival de Almeida (PSP) que, baseando-se no projeto 4.264, nas emendas e substitutivos a ele apresentados, apresentará à comissão um novo projeto, no qual se pretende conciliar as divergências (profundas) sur-

tidas em torno da matéria, particularmente entre o PTH e os reacionários da UDN-PSD. O sr. Fernando Ferrari, líder da bancada trabalhista, reafirmou à imprensa que seu partido continua disposto a lutar pela salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores rurais.

Enquanto isso, começam a manifestar-se as organizações sindicais, dos operários e dos assalariados agrícolas. Os sindicatos rurais da Mogiana (São Paulo) enviaram ao deputado Fernando Ferrari um telegrama, defendendo os pontos essenciais do projeto 4.264. Outros pronunciamentos foram feitos, junto à Câmara. Da intensificação desses pronunciamentos é que dependerá a sorte do projeto. A comissão interpartidária — à qual, além dos líderes das bancadas, devem principalmente dirigir-se os trabalhadores e suas organizações — é constituída pelos seguintes deputados: Adílio Viana, Camilo Nogueira e Segadas Viana (PTB), Celso Branco, Ernani Sátiro e Newton Carneiro (UDN), Nestor Duarte (PL), Artur Audrê e Lourival Almeida (PSP), Nonato Marques, Último de Carvalho e Otacílio Negrão de Lima. (PSD).

PELA CONTENÇÃO dos PREÇOS

por

1800



diversos

Comício de Unidade e
Ação Contra a Carestia

Todos à Grande Manifestação Popular!